

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE
HISTÓRIA (PROFHISTORIA)**

André Luís Silva Moraes

**ANÁLISE DOS FENÔMENOS DOS FASCISMOS NOS LIVROS DIDÁTICOS
APROVADOS PELO PNLD (2018) /ENSINO MÉDIO**

São Cristóvão-SE

Agosto-2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE
HISTÓRIA (PROFHISTORIA)**

André Luís Silva Moraes

**ANÁLISE DOS FENÔMENOS DOS FASCISMOS NOS LIVROS DIDÁTICOS
APROVADOS PELO PNLD (2018) /ENSINO MÉDIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Mestrado profissional em ensino de História, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre

Orientador: Prof. Dr. Karl Schuster Veríssimo de Sousa Leão (Orientador/ProfHistória-UFS)

Moraes, André Luís Silva

M 827a Análise dos fenômenos dos fascismo nos livros didáticos aprovados pelo PNLD (2018) / ensino médio / André Luís Silva Moraes ; orientador Karl Schurster Veríssimo de Souza Leão. – São Cristóvão, 2018.

91 f. : il.

Dissertação (mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal de Sergipe, 2018.

1. História. 2. Fascismo. 3. Nazismo. 4. Livros didáticos. 5. Educação. I. Leão, Karl Schurster Veríssimo de Sousa, orient. II. Título.

CDU 94:321.64

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE MESTRADO PROFISSIONAL EM
ENSINO DE HISTÓRIA (PROFHISTORIA).

Defesa da dissertação de mestrado do(a) **“André Luís Silva Moraes”** intitulada: **“Análise dos fenômenos dos fascismos nos livros didáticos aprovados pelo PNLD (2018) / Ensino Médio”**, orientado pelo(a) Prof(a). **DR. Karl Schurster Veríssimo de Sousa Leão (orientador/ProfHistória-UFS)**, apresentado à banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós Graduação em Biotecnologia da UFSJ, em (dia) de (mês) de (ano).

Os membros da Banca Examinadora consideraram o(a) candidato(a) _____ .

Banca Examinadora:

(Assinatura)

Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard (ProfHistória-UFS)

(Assinatura)

Prof. Dr. Rafael Pinheiro de Araújo (Externo à instituição – IFS)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1

ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS APROVADOS PELO PNLD

1.1 RESUMO DA ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS (PNLD).....

CAPÍTULO 2

DIÁLOGOS ENTRE AS IMAGENS VISUAIS E A SALA DE AULA: “UM VIÉS POSSÍVEL”

2.1 ANÁLISE DAS IMAGENS VISUAIS DOS LIVROS DIDÁTICOS (PNLD).....

CAPÍTULO 3

PROPOSTA DO CAPÍTULO DE LIVRO DIDÁTICO SOBRE OS FASCISMOS.....

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....

Resumo: O presente trabalho tem como objetivos verificar a forma pela qual os fascismos são abordados nos manuais didáticos do 3º ano do Ensino Médio, aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), e também elaborar uma proposta da construção de um capítulo, no formato de livro didático, sobre o assunto. A metodologia utilizada baseia-se na análise dos conteúdos e imagens apresentadas por estes livros didáticos, fazendo-se um “diálogo” com outras fontes bibliográficas, buscando desconstruir conceitos estereotipados, construídos na Guerra Fria, acerca dos facismos.

Palavras-chave: Fascismos; livro didático; nazismo; educação; regimes autoritários.

Abstract: The present work aims to verify the way in which the fascisms are approached in the textbooks of the 3rd year of High School, approved by the National Program of Didactic Book (PNLD), and also to elaborate a proposal of the construction of a chapter, in the format of textbook on the subject. The methodology used is based on the analysis of the contents and images presented by these textbooks, making a "dialogue" with other bibliographical sources, seeking to deconstruct stereotyped concepts, built in the Cold War, about the facisms.

Key words: Fascismos; textbook; Nazism; education; authoritarian regimes

INTRODUÇÃO

Atualmente, a educação no ensino público brasileiro passa por uma série de problemas. Em um cenário nacional que atravessa uma crise econômica, moral e política aguda, o ensino básico gratuito se torna ainda mais negligenciado pelo poder público. Além disso, este cenário favorece o surgimento e/ou aumento de uma forte tendência de jovens adeptos a modelos de regimes políticos violentos e autoritários. Segundo Robert Lewis: “Sob condições de extrema instabilidade política, econômica, social e psicológica; força, e símbolos de força, eram muito atraentes” (2015, p.11.). Nesse contexto, uma indagação se faz pertinente: como os livros de História, aprovados pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), discutem os regimes fascistas no Ensino Médio?

O PNLD tem por objetivo oferecer aos alunos de escolas públicas, de Ensinos Fundamental e Médio, material didático de apoio ao processo de ensino e aprendizagem desenvolvidos em sala de aula. Esse material, por sua vez, aprovado pelo Governo Federal, pode ser escolhido pelos professores em suas respectivas redes de ensino.

O livro didático é encarado, atualmente, como uma forte ferramenta pedagógica para a assimilação de conceitos em sala de aula; é um aporte para a prática docente, levando-se em conta a grande necessidade de se explicitar diversos temas em um curto espaço temporal. No entanto, estes manuais didáticos apresentam suas próprias ideologias, por meio de quem os escreve, e pelos órgãos governamentais de educação que os adota. Ao realizar uma pesquisa sobre livro didático de História é importante refletir sobre o que está em suas entrelinhas textuais, ou seja, o que está oculto. Sobre esta questão, Natália Teixeira Ananias aponta:

Este material se modifica significativamente, como visualizamos contemporaneamente, seja pela maneira expositiva dos conteúdos, seja por sua própria composição pelas editoras e seus autores, pois necessitam atender a um público determinado pela demanda social e pela carga teórica que cada volume deve possuir”. (ANANIAS, 2017, p. 1)

Torna-se cada vez mais necessário pensar uma educação histórica que busque uma ampliação da consciência histórica para os alunos, fazendo com que estes se compreendam como agentes históricos, enxergando a necessidade de

transformação da nossa sociedade. As aulas de História que ficam restritas a um livro didático apresentam um problema central: os fatos históricos tendem a aparecer como “naturais”, segundo Rüsen (2001, p.78), e dificilmente serão entendidos como expressões de um contexto histórico.

A consciência histórica não é algo que os homens podem ter ou não, ela é algo universalmente humano, dada necessariamente junto com a intencionalidade da vida prática dos homens. A consciência histórica enraíza-se, pois, na historicidade intrínseca à própria vida humana prática. Essa historicidade consiste no fato de que os homens, no diálogo com a natureza, com os demais homens e consigo mesmos, acerca do que sejam eles próprios e seu mundo, têm metas que vão além do que é o caso. (RÜSEN, 2001, p. 78)

O livros didáticos devem buscar o estímulo ao “espírito crítico” dos alunos, mesmo considerando o regimento de um sistema governamental que as faz funcionar como uma ramificação dos “Aparelhos ideológicos de Estado” (ALTHUSSER, 1983, p. 108). Segundo Althusser:

O que faz um Aparelho ideológico de Estado, é um sistema complexo que compreende e combina várias instituições e organizações, e respectivas práticas. Que sejam todas públicas ou todas privadas, ou que umas sejam públicas e outras privadas, trata-se de um detalhe subordinado, já que o que nos interessa é o sistema que constituem. Ora, esse sistema, sua existência e sua natureza não devem nada ao Direito, mas a uma realidade completamente diferente que designamos por Ideologia de Estado. (ALTHUSSER, 1983, p.108)

Em outras palavras, o material didático, junto a própria escola, carregam ideologias que, muitas vezes, podem parecer sutis, passando despercebidas; mas os livros didáticos são construções de ideias e valores que expressam uma ideologia específica de determinados grupos. Seja nas escolas públicas ou privadas, os manuais didáticos funcionam como “instrumento de reprodução ideológica” (ALTHUSSER, 2017, p.).

O aluno é privado de conhecer outras vertentes sobre o assunto tratado em sala, por possuir um livro incompleto e o professor “acomodar-se” com o tipo de material, por estar pronto e acessível a todos, não pensando na qualidade de suas aulas, e sim na quantidade dos conteúdos transmitidos. (ANANIAS, 2017, p. 4)

Os fascismos representam, na opinião de alguns estudiosos, uma inversão de valores. Discute-se, nos meios virtuais de comunicação, por exemplo, se o regime nazista havia sido de esquerda ou de direita, igualando-o ao stalinismo, de maneira imprudente e arbitrária. Entre os jovens, seja nas redes sociais ou nas escolas,

notamos que um número crescente passou a defender ideias cada vez mais atreladas ao autoritarismo como uma “saída” para as crises do país. É necessário rever e discutir com os alunos os fascismos apresentados nos livros didáticos do Ensino Médio (PNLD).

Os livros didáticos, em função mesmo do seu destino e de sua natureza, carregam um valor de autoridade, ocupam um lugar de supostos donos da verdade. Sua informação obtém este valor de verdade pelo simples fato de que quem sabe seus conteúdos passa nas provas. Nesse sentido, seu saber tende a ser visto como algo “rigoroso”, “serio” e “científico”. Os estudantes são testados, via de regra, em face dos seus conteúdos, o que faz com que as informações nele contidas acabem se fixando no fundo de memória de todos nós. Com ela se formam também imagens extremamente etnocêntricas. (ROCHA, 2012, p. 16)

É importante, por consequência, que os professores do ensino básico repensem o ensino destes conteúdos nas aulas do Ensino Médio.

Todos têm certeza de que sabem o que o fascismo é ... Se examinadas mais de perto, entretanto, algumas dessas imagens familiares podem induzir a erros irrefletidos. A imagem do ditador todo-poderoso personaliza o fascismo, criando a falsa impressão de que podemos compreendê-lo em sua totalidade examinando o líder, isoladamente. (PAXTON, 2007, p. 23)

A importância deste trabalho se revela na busca por novas pesquisas sobre a abordagem dos fascismos nos livros didáticos do 3º ano do Ensino Médio (PNLD), pensando novas perspectivas sobre o assunto. Além disso, busca refletir a maneira como essas novas perspectivas se aplicam ao ensino básico, nas práticas em sala de aula.

[...] Os Fascismos ainda são parte integrante da agenda de discussões da História e, enquanto suas condições de reprodução ainda continuarem a existir, esta será uma temática importante de trabalho. Acrescentemos a esta importância e à atualidade dos estudos sobre os fascismos a emergência da História do tempo presente, que procurou e procura observar como as sociedades lidaram com os traumas gerados pelos grandes conflitos mundiais. (SCHURSTER, 2016, p. 11)

A educação no ensino público brasileiro passa por condições análogas às que desencadearam os grandes traumas coletivos do século passado. Esta reflexão, acerca do ensino dos fascismos nos livros didáticos e em sala de aula, nos auxilia a

construir uma outra ideia de “História do tempo presente”¹, o que nos permite elaborar questões acerca da maneira como os livros aprovados pelo PNLD discutem os regimes fascistas no Ensino Médio. Precisamos, então, repensar e analisar como essas ideologias estão sendo apresentadas aos alunos do ensino básico brasileiro.

Atualmente, existem grupos de jovens ressurgentes do fascismo no Brasil e no mundo, perpetrando ações violentas contra grupos sociais específicos, como homossexuais, negros, nordestinos e até mesmo moradores de rua. É comum, por exemplo, vermos notícias de casos de racismo dentro do futebol europeu, e até mesmo do brasileiro. O assunto, portanto, é de extrema importância na contemporaneidade, e apesar de existirem muitos estudos sobre fascismos, as relações destes com os livros didáticos ainda sofre carência.

No primeiro capítulo desta pesquisa será realizada uma análise dos conteúdos dos manuais didáticos do PNLD, aprovados em 2017. Eles serão analisados seguindo uma linha que aborda os fascismos sob uma ótica não estereotipada do fenômeno, buscando uma forma crítica de entender de que maneira ocorreu a participação da população (diretamente ou indiretamente) na colaboração dos mesmos. Procura-se encarar o fenômeno dos fascismos dando-se importância a “História do Tempo Presente” e como esta se faz decisiva para a compreensão dos traumas coletivos. Nesta perspectiva:

A História do Tempo Presente auxilia na formação de diagnosticadores do presente, de indivíduos capazes de estranhar (*enffendung*) sua própria sociedade e sua condição nela. O conceito de diagnóstico, trazido pelas humanidades pelo filósofo alemão Friedrich Nietzsche, pode ser entendido como ação de determinar uma doença segundo seus sintomas. (SCHURSTER, 2016, p.19).

Inicialmente, cada obra didática terá seus conteúdos analisados isoladamente. Posteriormente, um resumo do que foi constatado em cada uma delas será apresentado, sempre em diálogo com revisão bibliográfica sobre estudos dos fascismos. A análise dos conceitos de fascismos e os principais aspectos trazidos pelos livros didáticos sobre o assunto serão discutidos.

No segundo capítulo, a pesquisa se realizará com a análise das imagens mais relevantes dos livros didáticos aprovados pelo PNLD. Elas serão analisadas mediante entendimento de que não representam mero intuito de ilustrar o conteúdo,

¹ História do Tempo Presente tem como uma de suas especificidades a presença de uma memória viva que carrega consigo uma complexidade e diversidade, muitas vezes transformando a memória em algo mais importante que a reflexão, transformando-a em monumento. (SCHURSTER, 2016, p.2018)

mas devem ser, além de contextualizadas, capazes de levar o aluno a uma análise crítica dos conteúdos representados. Os fascismos, que se utilizaram de propagandas publicitárias – cartazes, fotografias, cinema e rádio – são um exemplo de como a imagem é importante na construção e propagação de uma ideia. Logo, parece evidente a importância das imagens que os livros didáticos utilizam, e a maneira como elas serão apresentadas aos alunos, qual seja, com o intuito de instruir sobre a veracidade de certos acontecimentos, como o da própria propaganda nazista, por exemplo:

É, portanto, já nos primeiros anos de domínio nazista que seria fixada a estrutura emocional que daria as transformações profundas e muito do nível de violência perpetrada contra a própria população nos anos posteriores. O dispositivo da educação, por sua vez, participaria da reprodução e orientação dessa estrutura, buscando controlar os saberes, as visões de mundo, os gestos e as paixões. (LIEBEL, 2017, p. 59)

O terceiro capítulo caberá a construção do “produto” da pesquisa, já que será elaborada uma proposta de capítulo de livro didático de História, que apresentará uma escrita voltada para o 3º ano do Ensino Médio, e oferecerá seus conteúdos e imagens de maneira crítica e, ao mesmo tempo, sintética. Assim sendo, o objetivo é que seja uma proposta de abordagem dinâmica, que sirva de ferramenta para que outros professores e alunos da rede básica de ensino possam trabalhar em sala de aula. Cabe ainda explicitar que este trabalho será construído mediante análise qualitativa, tomando como parâmetro a pesquisa bibliográfica sobre o tema e a análise dos livros didáticos do Ensino Médio aprovados pelo PNLD. Esta pesquisa contempla uma visão holística do fenômeno dos fascismos, ou seja, procura compreendê-lo na totalidade, ainda que esta seja empreitada complexa.

CAPÍTULO 1

Análise dos livros didáticos aprovados pelo PNLD

Livro: Conexões com a História

Autores: Alexandre Alves/Letícia Fagundes de Oliveira

Edição: 3 edição/Moderna

Capítulo Analisado: 5 - A ascensão do Totalitarismo

Na obra “*Ascensão do Totalitarismo*”, abordaremos o capítulo dedicado aos fascismos, que inicia-se com um contexto sobre a crise da democracia liberal no ocidente. Ele evidencia que, da Revolução Francesa até a Primeira Guerra Mundial, o liberalismo tornou-se a corrente ideológica do ocidente. Após a Primeira Grande Guerra, uma grave crise econômica, aliada ao medo das classes dirigentes de uma revolução socialista nos moldes da Revolução Bolchevique, acabaram levando a Europa a originar movimentos de caráter totalitário. Os avanços tecnológicos e o desenvolvimento dos meios de comunicação acabaram por fazer com que os Estados Totalitários dominassem a população por meio da propaganda e da doutrinação em um nível jamais visto.

Na historiografia contemporânea, a utilização do termo “totalitário” vem sendo amplamente discutida e analisada por historiadores em todo o mundo. O termo passou a ser atribuído à União Soviética após a Segunda Guerra Mundial, atendendo a interesses das potências ocidentais capitalistas. Maurício Parada afirma que:

Temos aqui uma inversão semântica bastante curiosa: tanto a palavra como o conceito de Totalitarismo foram extraídos do que se poderia denominar de teoria fascista italiana. Porém, a partir de determinado momento, passaram a excluir do seu campo exatamente aquele fascismo peninsular, passando a significar algo totalmente outro – Stalinismo e Nazismo. (PARADA, 2008, p. 18)

Karl Schurster (2016, 138.) aponta que, até 1945, o termo “totalitarismo” estava totalmente impregnado pelos crimes cometidos pelo regime nazista, que acabara de ser derrotado pela aliança das democracias e pela União Soviética, que neste momento estaria no campo da indefinição política do regime. Com o início da Guerra Fria ocorreu uma resignificação do termo, que passou a ser atribuído também àquela. O termo “totalitarismo” é polissêmico e requer ainda outras análises sobre o seus usos.

O livro didático em questão possui, ainda, um tópico intitulado *Totalitarismo e Autoritarismo*, no qual procura diferenciar um termo do outro. O texto define totalitarismo como regime político que se manifesta de forma controladora em todas as relações sociais, utiliza do uso de uma ideologia oficial, onde se vigia os cidadãos e se controla a educação e os meios de comunicação, além disso, busca moldar a consciência da população com propagandas favoráveis ao regime (OIVEIRA, 2017,

p. 83). Os regimes totalitários também possuem uma estreita relação dos governantes com as massas: “Por isso, é importante reconhecer que os governos desse tipo necessitam do apoio de uma parte expressiva da população para se manter no poder” (OLIVEIRA, 2017, p.83).

Esse aspecto é de extrema relevância, pois considera que os regimes totalitários não se sustentam sozinhos, carecendo da população como massa de apoio, ao contrário do que afirmam alguns livros didáticos. Ao fim da Segunda Guerra Mundial, a Europa preferiu o caminho do esquecimento, ao da memória, em relação ao período dos fascismos. Na Alemanha Nazista, por exemplo, criou-se um mito de que a sociedade civil havia sido vítima da insanidade de Hitler, negando-se, assim, a participação da maioria da população comum no regime nazista.

Todos têm certeza de que sabem o que o fascismo é [...] Se examinadas mais de perto, entretanto, algumas dessas imagens familiares podem induzir a erros irrefletidos. A imagem do ditador todo-poderoso personaliza o fascismo, criando a falsa impressão de que podemos compreendê-lo em sua totalidade examinando o líder, isoladamente. Essa imagem cujo poder perdura até hoje, representa o derradeiro triunfo dos propagandistas do fascismo. Ela oferece um alibi às nações que aprovaram ou toleraram os líderes fascistas, desviando atenção das pessoas, dos grupos e das instituições entre o líder e a Nação, e entre o partido e a sociedade civil. (PAXTON, 2007, p. 23)

Nos governos militares do Brasil haveria uma inclinação maior ao autoritarismo, diferentemente do totalitarismo, pois se caracterizaria pela centralização do poder nas mãos de um ditador ou de um grupo de dirigentes. Dessa forma, apesar de estes governos reprimirem os cidadãos que a eles se opõem, não exercem o mesmo nível de controle que os regimes totalitários incorporam, principalmente na esfera da vida pessoal. Além disso, também não possuem uma construção de aproximação com as massas.

Segundo Dieh:

A grande novidade trazida pelo NASDP é a utilização das massas como elemento decorativo e de mobilização. Até então, nenhum partido havia-se preocupado tanto com as grandes multidões. Mesmo o partido comunista (do qual Hitler apropriou muitos métodos e técnicas de propaganda e organização) não havia desenvolvido a tal ponto essa ideia. A possibilidade de se trabalhar com as massas como matéria modelável era então claramente definida e teorizada. (DIEH, 1996, p. 43)

O livro analisado afirma, ainda, que o autoritarismo, diferentemente dos regimes totalitários, possui um pluralismo político limitado e também um grau mais restrito de mobilização política da população. Hannah Arendt, Claude Lefort e Raymond Aron definem “sistema totalitário” a partir da vinculação do totalitarismo aos recursos arbitrários, como a propaganda manipulada, o homicídio e o terror, como meio de manutenção do poder de dominação (OLIVEIRA, 2017, p. 83). No autoritarismo, o poder está concentrado nas mãos do ditador ou de um grupo de dirigentes, mas as leis não perdem a vigência, apesar das liberdades civis serem limitadas. O autoritarismo, apesar de cercear a sociedade civil, mantém uma autonomia relativa para a população. Já o totalitarismo tem o objetivo de destruir a sociedade civil, instituindo controle total sobre a vida das pessoas.

É, portanto, já nos primeiros anos de domínio nazista que seria fixada a estrutura emocional que daria as transformações profundas e muito do nível de violência perpetrada contra a própria população nos anos posteriores. O dispositivo da educação, por sua vez, participaria da reprodução e orientação dessa estrutura, buscando controlar os saberes, as visões de mundo, os gestos e as paixões. (LIEBEL, 2017. p. 59)

O termo totalitarismo também é de uma categoria polissêmica, podendo possuir vários sentidos, até mesmo de conotação positiva. Domencico Losurdo afirma:

Aqui faço uma abstração das ocorrências em que o adjetivo “totalitário”, mais ainda do que o substantivo, tem uma conotação positiva, concernente à capacidade atribuída a uma religião ou de uma qualquer ideologia ou visão de mundo de dar resposta a todos os múltiplos problemas resultantes de uma dramática situação de crise e às próprias indagações sobre o sentido da vida, que empenham o homem em sua totalidade. (LOSURDO, 2006, p. 51)

Vale ressaltar que, no livro analisado, é positiva a proposta de definição de autoritarismo. Embora seja complexo para os alunos entenderem as diferenças entre o autoritarismo e os fascismos, boa parte dos livros didáticos define os fascismos, mas não os diferenciam de ditaduras ou de regimes autoritários.

As crises da Primeira Guerra Mundial, presentes no tópico *A onda revolucionária após a guerra*, acabou enfraquecendo os regimes imperiais, tanto na Rússia quanto na Alemanha. Assim, a Revolução Bolchevique da Rússia terminou por influenciar, com o seu sucesso, a formação de movimentos de trabalhadores na Alemanha. Os movimentos comunistas cresceram significativamente neste país, mas, paralelamente a isto, movimentos ultraconservadores também foram

aumentando sua força. Segundo o livro didático analisado, os principais líderes do partido comunista foram mortos e os conselhos de trabalhadores deixaram de existir na Alemanha. No tópico *A revolta espartaquista na Alemanha*, Max Altan expõe esta revolta comunista, ocorrida em 1919, liderada por Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht e Wilhelm Reich, que resultou numa truculenta reação do governo Alemão, e no assassinato de Rosa e Karl.

O tópico seguinte da obra analisada se refere à ascensão e ideologia do fascismo italiano, afirmando que a onda revolucionária foi derrotada abrindo caminho para movimentos reacionários de extrema direita em toda a Europa. O primeiro desses movimentos foi o fascismo, fundado na Itália, por Mussolini, ex-dirigente socialista, em 1919. Com o grande número de greves, manifestações organizadas pelos grupos de esquerda e invasões de terras, grande parte dos empresários e grandes proprietários de terras, além da classe média italiana, passaram a apoiar a política fascista. Apesar de os fascistas não representarem grande perigo, o rei Vítor Emanuel III, com problemas para formar um novo gabinete, acabou cedendo ao apelo dos fascistas e convocando Mussolini para compor o Governo. Esta afirmação é de grande importância para estudos históricos, pois, muitas vezes, os livros didáticos costumam representar “A marcha sobre Roma” de forma romantizada, atribuindo-lhe uma poder de mobilização nacional que não corresponde à realidade:

Não mais do que vinte e seis mil homens armados com velhos fuzis do exército, e muitos portando apenas cassetetes, chegaram aos arredores de Roma, seu entusiasmo amortecido pela forte chuva. Posteriormente, a lenda fascista diria que eles eram trezentos mil. Para enfrentar os desorganizados arruaceiros fascistas havia vinte e oito mil soldados italianos, com suas metralhadoras e seus carros blindados prontos para entrar em ação. (KERTZER, 2017, p. 60)

O fascismo condenava valores do mundo moderno, como racionalismo, democracia, individualismo e estado de direito. Além disso, condenava a teoria de luta de classes e o internacionalismo socialista. Por outro lado, defendia a militarização da sociedade, a glorificação da violência e a subordinação do indivíduo ao Estado. Quanto à questão sindical, o Estado fascista passou a controlar as organizações de trabalhadores, através da doutrina do corporativismo, em que cada categoria profissional ou empresarial era representada por um único sindicato, sujeito ao controle do Estado. As relações de trabalho eram reguladas pela *Carta del*

*lavoro*² (1927), mas o sistema corporativista favorecia os interesses dos grandes industriais.

O tópico dedicado à crise social e econômica na Alemanha do pós Primeira Guerra afirma que a República de Weimar herdou dívidas profundas, que foram agravadas pelos encargos do Tratado de Versalhes. A moeda alemã passou por uma grave desvalorização e a hiperinflação atingiu índices alarmantes. Apenas em 1923, com uma nova moeda, o *rentenmark*, a Alemanha superou a hiperinflação.

A ideologia nazista encontrou, no terreno do pós guerra, ambiente propício para o crescimento de uma polarização ideológica na Alemanha: grupos socialistas e comunistas em um pólo, e grupos de extrema direita no pólo oposto. O grupo de extrema direita mais importante do período entre guerras foi o Partido Nazista. Hitler, aluno mal sucedido de Artes, acabou criando todos os símbolos do partido, desde uniformes até bandeiras e estandartes. Toda essa simbologia contribuiu como instrumento de difusão da ideologia nazista. Cabe destacar que, apesar de se mencionar em símbolos nazistas como instrumentos difusores da ideologia em potencial, não há especificação sobre quais símbolos seriam esses.

O *Mein Kampf*, escrito por Adolf Hitler, tornou-se a base ideológica do nazismo, e recuperou a ideologia racistas do século XIX. Apesar de atribuir-se, comumente, em livros didáticos, a criação do racismo à Hitler, essa obra nos apresenta o arianismo como resgate de uma ideologia já existente e bem mais antiga, além de não estarem restritas somente a Alemanha Nazista, pois vale lembrar que a eugenia já fazia parte de países liberais, como Estados Unidos, Inglaterra, Noruega, entre outros.

Uma mixórdia pós-darwiana do século XIX pretendendo (e, infelizmente, na Alemanha muitas vezes recebendo) o apoio da nova ciência a genética aplicada (“eugenia”) que sonhava com em criar uma super – raça humana pela reprodução seletiva e a eliminação de incapazes. A raça destinada a dominar o mundo através de Hitler não tinha sequer um nome até 1898, quando um antropólogo cunhou o termo “nórdico”. Hostil como era, em princípio, à herança do Iluminismo e da Revolução Francesa do século XVIII, o fascismo não podia formalmente acreditar em modernidade e progresso [...] (HOBSEBAWM, 2014, p. 122)

² O documento tratava-se de documentar de uma forma solene e clara os princípios do fascismo e resumia toda a sua ideia de organização do trabalho, a qual estaria fundamentada em uma lógica produtivo-corporativa). ([https:// alexandrechavesadv.jusbrasil.com.br/.../ a –influência-da-carta-del-avoro-na-cit](https://alexandrechavesadv.jusbrasil.com.br/.../a-influencia-da-carta-del-avoro-na-cit))

Estas ideias ganharam força assombrosa no século XIX. A própria Alemanha já havia cometido genocídio na Namíbia, no início do século XX, embalada por ideias racistas e imperialistas sobre o continente africano. Alguns estudiosos se referem a este episódio, na Namíbia, como um “primeiro Holocausto Alemão”

A missão de promover a **eugenia** foi atribuída aos médicos, que eram responsáveis por proteger a sociedade não apenas contra as doenças, mas também contra a ameaça da “ degeneração racial”. Cerca de 45% dos médicos alemães eram membros do partido nazista, a maior taxa de adesão entre todas as profissões. Aderir ao regime contribuía para a rápida ascensão a altos cargos. Aqueles que hesitavam eram expulsos das associações médicas e científicas”. (OLIVEIRA, 2017, p. 91)

Um ponto interessante, discutido na obra analisada, é a perseguição nazista não só aos judeus, mas também a outros povos, como eslavos, poloneses e russos, além da execução de pessoas com deficiências físicas ou mentais.

Apesar de o nazismo defender o fim da democracia, o Totalitarismo Nazista, abordado nesta obra, chegou ao poder, na Alemanha, por meios democráticos, eleito, em 1932, por 13,7 milhões de votos, contra os 6 milhões dos comunistas. A propaganda nazista está diretamente ligada a essa vitória, veiculando a imagem do Estado Alemão como sólido, e criando diversos mecanismos propagandísticos, como os famosos discursos de Hitler, os símbolos nazistas e os megacomícios em praça pública. Assim, a política era transformada em espetáculo de massas.

A perseguição e segregação dos judeus na sociedade alemã é tão discutida quanto a participação da sociedade civil na política discriminatória antissemita, discussão esta que pode ser considerada de grande importância para o estudo do nazismo nos livros didáticos. Muitas pessoas comuns colaboraram com a política discriminatória nazista antissemita, não somente por medo, ou por aderir à ideologia nazista, mas também pela perspectiva de ascender socialmente. Além disso, muitos advogados e juízes falseavam julgamentos em favor do regime nazista; sacerdotes católicos e protestantes fechavam os olhos diante das atrocidades nazistas. Os membros da sociedade civil, portanto, colaboraram com o regime.

Essa discussão se faz relevante no tocante a abordagens menos simplórias, nos livros didáticos, de conteúdo mais complexos, propondo uma ruptura com o antigo estereótipo maniqueísta de Estado contra a sociedade civil.

Segundo Schurster:

As ditaduras transferem a noção de transcendência para os indivíduos, para a sociedade, fazendo-os transcender, ultrapassar os

limites de uma sociabilidade habitual para um engajamento sistemático a ideias e ideologias, no qual cada cidadão se metamorfoseia numa micropartícula destes regimes, sendo sua representação na sociedade civil. Um dos objetivos centrais do nacional-socialismo estava na transcendência do ser. Os indivíduos não só deveriam apoiar o sistema, mas, acima de tudo ser a representação deste na vida cotidiana. (SCHURSTER, 2016, p. 72)

Um ponto que chamou a atenção nesta análise foi a ausência do uso do termo “Holocausto”, pois, apesar de se falar da questão do antissemitismo e do arianismo alemão. Nem mesmo em caixas de diálogos complementares o texto cita o Holocausto. O termo é proveniente do grego *holókauston*, e aparece na Bíblia como “queimado em sacrifício de Deus” (SCHURSTER, 2016, p. 72.). Existem objeções quanto ao uso do termo Holocausto, pois, na verdade, o massacre dos judeus não foi uma oferta, então, em Israel e em outros círculos judaicos, usa-se o termo *Shoah*, que deriva do hebraico, e significa aniquilação ou catástrofe. É importante notar que a palavra Holocausto foi comumente usada, de maneira genérica, para noemar a matança de milhões de judeus durante o regime nazista, mas existem autores que a utilizam para designar toda a política nacional-socialista de matança de judeus e outras minorias, durante o período de 1933 até 1945. Com o decorrer do tempo, especialmente durante a Guerra Fria, o termo também passou a designar massacre em grande proporção de uma determinada população.

O Holocausto é um dos temas mais estudados e pesquisados em todo o mundo, sua condição de refletir sobre a condição humana, sob o que fomos e somos capazes de fazer o tornaram universal, mesmo dentro de suas singularidades”. ... “ Se um dos temas mais estudados no mundo ainda é tratado no material didático, ou de ensino, especialmente no Brasil, como uma footnote ou um apêndice da Segunda Guerra Mundial, o que podemos dizer de temas tão sensíveis quanto, ainda mais esquecidos, negligenciados por esses materiais, como o Nakba Palestino e mesmo o Apartheid na África do Sul”. (SCHURSTER, 2016, p. 139)

Livro: História

Autor: Ronaldo Vainfas/Sheila de Castro/Jorge Ferreira/Georgina dos Santos

Editora: Saraiva

Capítulo Analisado: 5- Fascismo e nazismo contra a democracia e o socialismo

Nesta obra, o capítulo direcionado ao estudo dos fascismos deflagra um pertinente questionamento: “A palavra Holocausto vem do grego e significa sacrifício

ritual. Como ela se relaciona com a ascensão do fascismo e do nazismo na Europa dos anos 1920-1930?” (SANTOS, 2016, p77.). Este é um questionamento de fundamental importância para o estudo da “História do tempo presente”, já que, como exposto acima, o Holocausto é um dos temas mais estudados no mundo, necessitando de uma reflexão profunda, em vista da constituição de uma compreensão dos traumas coletivos do presente e sua superação, não pela via do esquecimento, mas pelo caminho da memória. Assim sendo, é de extremamente pertinente que o tema seja abordado no material didático utilizado nas escolas básicas. Schurster afirma que:

Há uma necessidade latente, tendo em vista a grande quantidade de material de ensino já disponível em diversas línguas, de entender não só o que se ensina, mas como se ensina o Holocausto hoje”. (SCHURSTER, 2016, p. 131)

A obra também aborda a etimologia da palavra Holocausto, que significa algo como sacrifício ritual. Nas comunidades judaicas e em Israel, o termo utilizado é o *shoah* em detrimento da palavra Holocausto, que na ótica destas comunidades, é mais apropriado, pois *shoah* tem significado de “massacre”, o que realmente se encaixa mais apropriadamente com o acontecimento (SANTOS, 2016, p79.).

Percorrendo o caminho da contextualização, a obra apresnta a formação e ascensão do fascismo na Itália, a partir da crise econômica, após a primeira Guerra Mundial, incluindo nesse problema o desequilíbrio econômico entre o norte italiano industrializado e o sul agrícola. Além da crise econômica, houve uma forte efervescência política dentro do país, nesse período. Neste ambiente político conturbado e instável, os partidos socialista e comunista tiveram grande alcance dentro da sociedade italiana, quando surgiu, em 1919, o partido fascista. Apesar de a obra referir-se ao fascismo como uma escolha deliberada, por parte dos capitalistas, formados pela classe média, também atribui essa inclinação ao que os fascistas e capitalistas tinham em comum: um forte nacionalismo, oposição as democracias liberais e ódio ao comunismo. O ano de 1919, quando da fundação do partido fascista, foi marcado por um péssimo desempenho eleitoral, de modo que, na década de 1920, lideranças liberais chegavam a ver o fascismo com bons olhos, já que esperavam usar os fascistas contra os comunistas e socialistas, para depois controlar o movimento fascista. “No mês de novembro de 1925, o Estado declarou a ilegalidade de todos os partidos políticos, exceto o fascista, que ficou a ele

subordinado. Na prática, o partido foi estatizado e o Estado, “fascistizado” (AUTOR, ano, p. 79).

A “Marcha sobre Roma” não encontrou resistência, pelo contrário, foi um enorme sucesso, que fez com que o rei da Itália transformasse Mussolini em ministro do Estado Italiano. O corporativismo fascista, que acabou liquidando o movimento sindicalista, permitia que apenas sindicatos reconhecidos pelo governo tivessem a autorização de negociar com os patrões. O Estado passou a ser gestor e árbitro das relações entre capital e trabalho – sistema que seria aperfeiçoado na *Carta Del Lavoro*, de 1927.

Os limites entre Igreja e Estado tiveram, no Tratado de Latrão, em 1929, um vigor maior, ao colocar fim na antiga questão romana entre Igreja e Estado italianos, embora isto tenha ocorrido mediante negociação da criação do Vaticano em troca do reconhecimento da Igreja Católica pelo Estado italiano. A questão econômica também se faz presente, com o advento do Estado Fascista e o impulso que a indústria italiana proporcionou aos setores da construção naval, siderúrgico e mecânico, a partir de 1933. Este crescimento acabou gerando uma ampliação do número de empregos, que provocou uma rápida e significativa recuperação econômica, embora isto tenha ocorrido em razão dum forte arrocho salarial, que não conseguiu acabar com o desequilíbrio econômico entre o norte e o sul da Itália. Sobre a crise de 1929, “Na área econômica, a política fiscal protecionista estimulou a indústria de bens de consumo, fortalecendo o mercado interno. A Itália, em decorrência dessa política, não sofreu tanto com a crise de 1929, embora não tenha conseguido evitar o aumento do desemprego” (SANTOS, 2016, p.80.).

Além de todos esses aspectos, a obra se debruça, ainda, sobre a situação da Alemanha após a Primeira Guerra Mundial, com uma economia destruída. Com o fim da primeira grande guerra, foi instituído no território alemão a República de Weimar, no lugar do Império, um sincretismo entre parlamentarismo e presidencialismo, cabendo ao Presidente ser o chefe de Estado e, ao Primeiro Ministro, a chefia do governo. Vale destacar que não há, no entanto, uma explicação prévia ou diferenciação entre chefe de Estado e chefe de Governo, na obra.

A Revolução Soviética de 1917 estimulou os socialistas alemães mais radicais a fundarem a “liga espartaquista”³, ainda em 1917. A origem do nome da liga foi uma homenagem ao líder de uma grande revolta escrava, Espártaco, na Roma Antiga. Em 1919, os comunistas partiram para o ataque e iniciaram os levantes, chegando a tomar a cidade de Munique, que resultou na fundação da República Bávara, em que os *Freikorps*, corpo de voluntários apoiados pelas classes burguesas e agrárias, para acabar com a “revolução comunista alemã”, foram de grande importância. Ao final, a República Bávara foi dissolvida e os seus principais líderes, Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, assassinados.

No que se refere ao surgimento do nazismo, a obra trata da figura de Hitler em uma breve biografia, destacando a organização e a liderança do partido nazista. A referência que se faz a Hitler é de alguém que pretendia resgatar a dignidade do povo alemão, em especial dos trabalhadores e de uma classe média muito prejudicada pela crise econômica do pós-guerra, pois o nazismo se apresentava como um baluarte na luta contra os abusos do capitalismo, em favor de um “socialismo nacional”. O partido nazista foi estimulado pela burguesia alemã como instrumento de luta contra os comunistas.

Sobre o antissemitismo, a obra afirma que a motivação de Hitler provinha duma relação muito próxima com intelectuais antissemitas, que amadureceram seu ódio contra os judeus. O programa nazista voltava-se para a defesa da raça ariana (germânica) e condenação de judeus, pois os ideólogos do partido defendiam que os judeus eram os capitalistas mais avaros, e, portanto, principais responsáveis pela criação e difusão do comunismo, pela miséria enfrentada pela Alemanha e pelo que chamavam de “traição de Versalhes”, numa analogia ao Tratado de Versalhes. Cabe destacar, nesta pesquisa, que o estudo histórico da minoria judaica, através dos séculos, na Europa e no mundo, é de fundamental importância para que se possa pensar os grandes traumas coletivos do tempo presente. Peter Demant ilustra este raciocínio:

Os judeus constituem a minoria perseguida por excelência. Quando se diz que a situação alarmante no gueto negro é uma situação vergonhosa para os Estados Unidos, ou que os progs

³ A “Liga Espartaquista” foi uma organização de cunho socialista, marxista e revolucionário que foi atuante na Alemanha durante os anos da Primeira Guerra Mundial.

(<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/revolucao-alema-1918-1919.htm>)

perpetrados na Índia contra muçulmanos ameaçam aproximar o mundo do espectro do holocausto nuclear, são sempre usados termos originalmente inventados para descrever o destino da minoria judaica na Europa. Só em virtude dessa posição destacada o caso dos judeus já merece análise. (DEMANT, 2012, p. 357)

Não há, na obra, menção às raízes mais antigas do antissemitismo, transparecendo assim uma ideia de que o ódio aos judeus foi oriundo dos nazistas, o que oculta um entendimento mais complexo, pois os judeus foram alvo do ódio racial em outros países da Europa, ou fora desta, no início do século XX. Para Losurdo:

Com o advento de Hitler ao poder, são os mais radicais seguidores do movimento eugenista americano que erigem o Terceiro Reich em modelo, visitando-o não poucas vezes em viagens de estudo ou de peregrinação ideológica”. (LOSURDO, 2006, p. 74)

O partido nazista, no entanto, não havia conquistado destaque, pois a maior parte das grandes empresas alemãs só passaram a apoiar e financiar o nazismo após a crise de 1929:

Apesar do aumento de militantes, o partido nazista não ia bem nas eleições. A situação começou a mudar com a crise 1929, cujos efeitos na Alemanha foram desastrosos. Os capitais estadunidenses e britânicos foram repatriados, a inflação alcançou níveis estratosféricos e o número de desempregados chegou a seis milhões em 1932. (SANTOS, 2016, p.82.)

Há destaque, na obra analisada, para a criação de campos de concentração pelos nazistas e a Gestapo, polícia secreta do Estado, afirmando que criou-se uma lei que determinava o extermínio de pessoas portadoras de deficiências físicas, pois os nazistas consideravam que a raça ariana não poderia admitir tais anomalias. Apesar disto, o termo “eugenia” não aparece na obra, que não adentra com profundidade a ideologia que pregava uma comunidade alemã formada por “arianos saudáveis e fortes” (SANTOS, 2016, p.82).

A propaganda nazista, no entanto, é um dos pontos abordados com mais veemência. Aspectos dos métodos propagandísticos na Alemanha Nazista são expostos com bastante contundência, com a figura de Joseph Goebbels, planejador e líder minucioso da propaganda nazista. Goebbels colocou em prática o projeto de “limpar a Alemanha” (SANTOS, 2016, p.82.) da cultura internacionalista, judaica e comunista. Os nazistas promoveram, ainda, a queima de livros não alemães, marxistas e judeus, obras pacifistas e de psicanálise. É citada ainda a importância

da organização da “Juventude Hitlerista”⁴, inspirada no fascismo italiano, para a nazificação dos jovens, nos padrões da “Nova Alemanha”⁵. Karl Schurster afirma que a propaganda nazista deveria simplificar ideias consideradas complexas, pois Hitler e Goebbels acreditavam que, ao baixar o nível intelectual da propaganda, atingiria um público maior.

Outro aspecto abordado nessa obra é a questão do uso de filmes como meio de propagar as ideias nazistas na sociedade alemã, inspirado na Itália Fascista e na própria URSS. “Eu muito aprendi do marxismo. Confesso-o sem meias palavras. Não de sua enfadonha doutrina social e do materialismo histórico, esse tecido de absurdos... Mas seus métodos me instruíram...” (SANTOS, 2016, p. 82). É importante ressaltar que a propaganda nazista é apresentada, nesta obra, apenas como de responsabilidade do ministro da propaganda, Joseph Goebbels. Não há menção a outros núcleos nazistas participantes das campanhas de promoção do regime nazista.

Todo simbolismo é criador de mitos e, neste aspecto, o nazismo foi um ateliê ímpar na História das ditaduras contemporâneas. Uma das características centrais de um mito está na sua tendência coletiva e social. Todo mito pertence ao coletivo e suas ações(no caso da mitologia do político, líder de massas), justifica e inspira a ação de uma comunidade, no caso alemão de uma *Volksgemeinschaft*. (SCHURSTER, 2016, p. 160)

Ainda sobre a perseguição aos judeus, a obra se debuxa, no tópico *Judeus Perseguidos*, sobre a utilização da indústria cinematográfica para ridicularizar a imagem do judeu na Alemanha, e da utilização da ciência a serviço do programa político. Dentre inúmeras proibições, era também proibido o casamento entre arianos e judeus, além de outras humilhações, a exemplo do episódio da “Noite dos Cristais”, quando, em várias cidades alemãs, muitos judeus foram espancados e tiveram suas lojas saqueadas e destruídas. A obra não explica, no entanto, a autoria dessas atrocidades. É importante se pensar o nazismo como um fenômeno que teve

⁴ A Juventude Hitlerista era uma instituição obrigatória na Alemanha Nazista, que tinha o objetivo de “treinar” crianças e adolescentes alemães de ambos os sexos para os interesses nazistas. (<https://www.infoescola.com/historia/juventude-hitlerista/>)

⁵ Hitler prometia criar uma “Nova Alemanha”, onde os alemães poderiam desfrutar das vantagens de uma Alemanha forte e de “raça pura”. (<https://www.ushmm.org/outreach/ptbr/article.php?ModuleId=10007671>)

participação e colaboração da sociedade civil alemã, para não cair no estereótipo de que a população foi vítima passiva de Hitler e de seus carrascos nazistas.

Houve uma assombrosa recuperação da economia alemã, voltada em grande parte para o rearmamento e para a guerra, assim como a contenção da inflação, e o crescimento da agricultura e da indústria. A relação entre trabalhadores e patrões passou a ser mediada pelo Estado, acabando assim com o sindicalismo livre na Alemanha Nazista. A consolidação do nazismo se fez comprometida com o expansionismo territorial, resumido na teoria do “Espaço Vital”⁶, que defendia a necessidade da conquista de novos territórios para o desenvolvimento da raça ariana. Não há, na obra, qualquer menção às origens desta toeira, nem mesmo algum tipo de influência externa. Sobre o assunto, Losurdo afirma:

Por seguinte, no que diz respeito ao projeto bastante caro para ele de um império continental alemão, Hitler tinha bem presente o modelo dos E.U.A, dos quais celebra “a inaudita força interior”: a Alemanha era chamada a seguir esse exemplo, expandindo-se pela Europa Oriental como se fosse uma espécie de Faroeste e tratando os “indígenas” à mesma maneira dos peles-vermelhas”. (LOSURDO, 2006, p. 73)

Livro: História Sociedade e Cidadania

Autor: Alfredo Boulos Júnior

Editora: FTD

Capítulo Analisado: 4- A grande depressão e os fascismos

Dedicado ao estudo dos fascismos, este capítulo discursa sobre a crise de 1929, nos EUA, e sobre os fascismos na Itália e na Alemanha dos anos 20 e 30, do século passado. Seguindo padrões incomuns de escrita, o autor caracteriza o conceito de fascismo utilizando ideias de Robert Paxton, na obra *A anatomia dos fascismos*, a partir duma espécie de resumo das principais ideias do conceito de fascismo. Dentre estas, está a preferência pelo uso do termo “fascismos”, no plural, em detrimento de “fascismo”. Esta diferença baseia-se na ideia paxtoniana de que existem inúmeras modalidades de fascismos.

⁶ Tal noção foi fundamental diante do contexto histórico da Alemanha, que havia acabado de passar pelo seu processo de reunificação e necessitava de uma base para justificar e se afirmar enquanto Estado, com capacidade de crescimento, expansão e dominação. (<https://brasilescola.uol>)

No que se refere ao fascismo italiano, a obra analisa o fenômeno a partir duma contextualização. Aponta que o contexto da Itália após a Primeira Guerra Mundial apresentava um cenário regido por fortes problemas sócio-econômicos. Estes, segundo o autor, levaram muitos italianos a uma participação crescente em greves e protestos. Por outro lado, outras pessoas aderiram às ideias de políticos que defendiam soluções rápidas para os graves problemas, e que culpavam as democracias liberais pelas mazelas sociais. As ideias fascistas e nazistas surgiram na Europa e acabaram se propagando por outras partes do mundo, chegando, inclusive, ao Brasil.

Segundo a obra em questão, as principais características do fascismo italiano são: o nacionalismo extremado; a subordinação do indivíduo ao Estado; a valorização da guerra; o ódio às democracias liberais e ao comunismo, à exemplo da perseguição violenta dos *Fasci Italiani di combattimento*⁷ aos socialistas, democratas e comunistas. Grandes proprietários de terras e empresários, assustados com o crescimento dos comunistas nas urnas, começaram a enxergar o fascismo como único caminho capaz de garantir a ordem que os beneficiariam. Percebe-se que o autor evidencia a adesão dos ricos, e também desempregados, ao fascismo, sem mencionar a participação das classes médias nesse processo.

O autor não usa o termo “totalitarismo” para se referir aos fascismos, cabendo a Mussolini o crédito por iniciar a construção do Estado Totalitário.

Partamos do pressuposto que o fascismo como ideologia aspirou a construir um Estado Totalitário e, como regime se aproximou de tal modelo, sem, porém, jamais completa-lo, também pela monarquia da casa Savoia e da Igreja Católica. O consenso não foi tão sólido como aquele, por exemplo, do qual gozou o nazismo alemão. Demonstra-se também a diversa resistência da frente interna durante os anos da Segunda Guerra Mundial. (BRESCHI, 2017, p. 21)

Na historiografia contemporânea, a utilização do termo “totalitário” vem sendo amplamente discutido e analisado por historiadores no mundo. O termo passou a ser atribuído a União Soviética após a Segunda Guerra Mundial, atendendo a interesses das potências ocidentais capitalistas. Além da intimidação, os fascistas recorreram ao artifício do convencimento, já que, com a repressão instalada com as *leis*

⁷ Organização política criada por Benito Mussolini, esta seria o núcleo do partido Fascista Italiano. (<https://www.significados.com.br/fascismo/>)

*fascistíssimas*⁸, os programas específicos para a juventude fascista acabaram arrastando fileiras de jovens para este movimento. Não há nenhum tipo de especificação, na obra, destes programas. Paxton esclarece que:

Os Estados fascistas puderam utilizar os quadros e a estrutura educacionais já existentes, introduzindo apenas uma alteração na ênfase e passando a privilegiar os esportes e o treinamento físico e militar. Algumas das funções tradicionais das escolas foram absorvidas, sem dúvida alguma, pelas organizações paralelas do partido, tais como os movimentos de juventude e filiação obrigatória. (PAXTON, 2007, p. 237)

O autor defende, no capítulo *Questão Romana*, que o Tratado de Latrão, assinado entre o Estado Fascista e o Papa Pio XI, teria sido benéfico tanto para a Igreja Católica, que teve o Estado do Vaticano reconhecido como independente, quanto para o Estado Fascista, que teve sua legitimidade reconhecida pela Igreja Católica. Danilo Breschi afirma que Mussolini auspiciava que a Igreja renunciasse aos seus “sonhos temporais” (2017, p.33.), por outro lado, o Estado Italiano concederia ajuda material e facilidades para escolas, igrejas e hospitais.

Ainda antes dos Pactos Lateranenses e da lei n. 810, de 27 de maio de 1929, que assegurou a execução do tratado, dos anexos e da concordata, houve o retorno do crucifixo aos locais públicos, a dotação para as igrejas danificadas pela guerra, o ensino religioso nas escolas elementares, o reconhecimento da Universidade Católica do Sagrado Coração de Milão e, enfim, os aumentos dos subsídios ao clero e aos bispos. (DANILO, 2017, p. 33)

No que se refere ao nazismo alemão, a obra trabalha com o método comparativo, entre a Alemanha Nazista e a Itália Fascista, apontando seus contextos de calamidade social e econômica. O caso alemão, no entanto, teve um agravante, o Tratado de Versalhes, considerado, por grande parte dos alemães, injusto e humilhante. O autor ressalta, ainda, que estes alemães humilhados tiveram seu orgulho duramente ferido, o que os tornou presas fáceis para as ideias de políticos que pregavam o revanchismo contra os países vencedores da guerra. Neste contexto, então, Hitler é colocado como um dos defensores fervorosos desse tipo de ideia revanchista, sendo integrante de um partido inexpressivo (Partido Nazista) até aquele momento. Essa perspectiva pode ser encarada como um ponto

⁸ Foram publicadas em 1925, por Mussolini, consolidando a ditadura de Estado único, partido único e chefe único. (<http://histoblogsu.blogspot.com/2009/11/o-nome-as-leis-e-implantacao-do-regime.html>)

positivo, na obra analisada, já que se faz necessário tornar notório que o Nazismo nem sempre teve a força com que é comumente apresentado, tendo sido, antes, um processo gradativo.

Em 1919 ocorreu uma tentativa de tomada do poder pelos comunistas na Alemanha. Não aparece, no entanto, qualquer nomenclatura do fato, sendo denominado apenas como “levante” (JÚNIOR, 2016 p.86). Mas, cita-se a ativista, intelectual e comunista, Rosa Luxemburgo, como a líder deste levante, tornando os comunistas, juntamente aos judeus e socialistas, principais alvos das tropas S.A. A “ameaça comunista” (JÚNIOR, 2016 p.86) continuava aumentando na Alemanha Nazista, o que levou inúmeros empresários nazistas a aderirem ao Nazismo. Quanto à questão da crise econômica alemã, houve uma forte emissão de papel moeda pelo governo alemão, em 1922, durante a greve no Vale do Ruhr. Junto a isto houve uma desesperadora inflação na Alemanha, que a levou a uma situação caótica. O autor aponta um aspecto atípico em livros de História do ensino básico, que refere-se ao enriquecimento dos banqueiros e exportadores, com desvalorização do marco alemão, enquanto, por outro lado, aumentava a pobreza generalizada e a fome da população alemã. Os primeiros enriqueciam com a especulação, já os segundos empobreciam, pois recebiam pelas suas vendas em dólar, altamente desvalorizado em relação a moeda alemã, na época.

O Levante da Cervejaria⁹, em 1923 (2016, p. 87), foi palco da prisão e condenação de Hitler a cinco anos de prisão, onde escreveu o *Mein Kampf*, livro em que apresentava as principais ideias do Nazismo: a superioridade da raça ariana, pois, para Hitler, os alemães teriam o direito de subjugar outro povo, já que eram os únicos descendentes legítimos dessa raça; o antissemitismo, uma vez que Hitler acusava os judeus de serem os piores inimigos da Alemanha; o anticomunismo; e a necessidade de um espaço vital.

A inspiração de Hitler para as idéias expostas em *Mein Kampf* não aparecem na obra analisada. O racismo alemão também não é discutido na obra, bem como seus precedentes. O próprio antissemitismo tem suas raízes em tempos muito distantes do século XX, pois o ódio aos judeus é muito antigo na Europa. Os

⁹ O Putsch da Cervejaria ou Putsch de Munique foi uma tentativa desastrosa de golpe de Adolf Hitler e do Partido Nazista contra o governo da região alemã da Baviera, ocorrido em 9 de novembro de 1923. O objetivo de Hitler era tomar o poder do governo bávaro. A ação foi controlada pela polícia bávara, sendo que Hitler e vários correligionários – dentre eles Rudolf Hess – foram presos. (<https://jornalggn.com.br>)

nazistas aguçaram esse ódio, dentre outros motivos, por acreditarem que a presença judia na Alemanha manchava a comunidade ariana. Desde o século XIX, as ideias de eugenia tinham grande amplitude dentro da Europa, e até mesmo fora dela. O nazismo alemão incorporou os ideais eugênicos de forma extremamente aguda, pois, não somente judeus foram aniquilados do território alemão, mas também homossexuais, deficientes físicos, pessoas com problemas mentais, ciganos, dentre outros. A ideia do nazismo era construir uma comunidade “pura” sem elementos que pudessem “contaminar” a raça pura ariana.

No século XIX, o antissemitismo se “secularizou” e mudou sua explicação pseudocientífica e biológica. Com o desmoronamento da República de Weimar em 1933, os nazistas – no poder com um programa de supremacia racial “ariana” pesadamente antisemita – perderam pouco tempo antes de destituir os judeus de sua cidadania. (DEMANT, 2012, p. 361)

A partir de 1924, segundo o capítulo *Reabilitação da Alemanha*, da obra analisada, capitais estadunidenses e inglesas fizeram com que a economia alemã passasse por um processo de recuperação econômica. Acontece que, com a crise americana de 1929, a Alemanha foi duramente atingida, e este fato acabou por fortalecer a ascensão nazista, pois, em 1922, os eleitores do nazismo eram apenas 2,6% do parlamento alemão (*Reichstag*). Já em 1933, esse número saltitou para 43,9% dos votos. Apoiados pelo parlamento, comandantes militares e grandes industriais (Krupp, Bosch, Siemens), Hitler foi nomeado chefe de governo da Alemanha (Chanceler) (JÚNIOR, 2016, p. 87). Esses dados são relevantes na compreensão do todo, pois esclarecem que o apoio das grandes indústrias ao nazismo não eram fortes até 1929, quando a crise da bolsa de Nova Iorque afundou novamente a economia alemã, o que permitiu que os grandes conglomerados industriais passassem a apoiar, de forma concretamente forte, o nazismo alemão.

A segregação dos judeus durante o regime nazista recebe atenção, e episódios como a “A noite dos cristais”, em 1938, já mencionado, dentre outras medidas segregacionistas impostas ao povo judeu, são tratadas com relevância (JÚNIOR, 2016, p. 90). Apesar disso, em todo o capítulo não se faz nenhuma menção ao termo Holocausto, nem mesmo à questão dos campos de concentração.

O capítulo sobre fascismos é finalizado com algumas colocações sobre a economia alemã, sob a égide do nazismo. O autor afirma que Hitler destinou a maior parte do orçamento alemão para fins militares e que investiu na construção de

grandes obras públicas, o que acabou por gerar uma queda no desemprego, e, consequentemente, uma elevação da popularidade do regime nazista.

Livro: Contato História

Autor: Marco Pellegrini/Adriana Machado/Keila Griberg

Editora: Quinteto

Esta obra não se divide em capítulos, mas em unidades, uma delas dedicada aos fascismos, intitulada *O Fascismo na Itália e o Nazismo na Alemanha*. Segundo consta, o fascismo surgiu na Itália e teve como seu divulgador de ideias o Benito Mussolini, e os principais aspectos da ideologia fascista ligadas ao nacionalismo, com tendências ao racismo e xenofobia, à militarização, com um governo autoritário, expansionista e corporativista (GRIBERG, 2016, pp. 92-93).

A situação de crise do pós Primeira Guerra acabou conquistando seguidores em várias camadas da sociedade, como desempregados, estudantes, classe média e burguesia. Além desses aspectos, o autor ressalta que o fascismo promoveu a mobilização das massas, que temiam o crescimento do socialismo. Eric Hobsbawm afirma que a grande diferença entre direita fascista e não fascista é que o fascismo existia mobilizando massas de baixo para cima:

O fascismo rejubilava-se na mobilização das massas, e mantinha-a simbolicamente na forma de teatro público – os comícios de Nuremberg, as massas na Piazza Venezia assistindo aos gestos de Mussolini lá em cima da sacada – mesmo quando chegava ao poder; como também faziam os movimentos comunistas. (HOBBSAWM, 2014, p. 121)

Mesmo tendo lutando ao lado dos aliados na Primeira Guerra Mundial, a Itália não se julgava devidamente compensada, com seus ganhos territoriais, já que o Tratado de Versalhes lhe frustrou. Além disso, a Itália enfrentou uma grave crise nos primeiros anos do pós guerra, o que acarretou um forte descontentamento da população. Então, Mussolini organizou e liderou a “Marcha sobre Roma”, em 1922. O Rei Vitor Emanuel III, na ocasião, concedeu o cargo de Primeiro Ministro a Mussolini (GRIBERG, 2016, p. 92). O fascismo italiano é abordado brevemente, sem mencionar o totalitarismo.

No subtópico *Hitler e o Nazismo*, a atenção se volta ao contexto do ambiente em que o nazismo alemão emergiu (GRIBERG 2016, p. 93). Liderado por Hitler, o Partido Nazista teve sua criação em um contexto de grave crise econômica, na Alemanha, agravada pelo Tratado de Versalhes. Hitler tinha o apoio da alta burguesia e promoveu forte mobilização popular, intensificou a censura e aboliu os sindicatos, criando as corporações nacionais em seus lugares. Apesar de a obra tratar do apoio da alta burguesia ao regime nazista, é importante refletirmos que o nazismo foi uma construção das classes médias e médias baixas, camadas que alicerçaram esse movimento por toda a era do fascismo, embora saibamos da participação de diversas outras classes, inclusive de trabalhadores pobres. Esse raciocínio é defendido por Hobsbawn:

Tomemos apenas um caso entre as muitas pesquisas da filiação e do apoio de tais movimentos na Áustria do entreguerras. Dos Nacional-Socialistas eleitos como conselheiros distritais em Viena em 1932, 18% eram autônomos, 56% trabalhadores de escritório e funcionários públicos, e 14% operários. Dos nazistas eleitos em cinco assembleias austríacas fora de Viena, 16% eram seus próprios patrões e fazendeiros, 51% trabalhadores de escritório etc., e 10% operários [...] (HOBESBAWN, 2014, p. 125)

Segundo a obra analisada, Hitler também financiou a formação de uma milícia extremamente fiel às suas ordens, *schutzstaffel* (SS), que foi responsável pela perseguição aos grupos considerados inferiores, como os ciganos, eslavos, homossexuais, comunistas e demais adversários políticos, mas, principalmente, os judeus.

[...] Que começou a SS – DIFICILMENTE MIOR QUE AS *Stosstrups* locais, mas com a diferença de que escolhia homens do partido e podia ser carimbada com a pseudossuperioridade da “Raça Superior”. Os melhores dos nazistas deviam, portanto, ser racialmente superiores – se não de forma integral pelas características exteriores, pelo menos por seu comportamento, porte e atitude. (LEWIS, 2015, p. 322)

É importante ressaltar que a obra dispensa atenção à aspectos da República de Weimar (1919-1933), que possuía uma constituição criada com princípios democráticos, como a liberdade de opinião, o que possibilitou, dentre outras vantagens, o aumento da produção cultural na Alemanha. A República de Weimar foi criticada durante toda a sua existência, por inúmeros grupos políticos, que a enxergavam como regime político importado, sem identidade nacional (GRIBERG, 2016, p. 93). Tomemos como pressuposto a compreensão de que os nazistas

tinham ódio ao que era estrangeiro e acreditavam no sucesso da “Comunidade Alemã”. Schurster afirma que:

A vigência das noções decorrentes da “comunidade do povo” – tais como pureza de sangue ariano, a exclusão de deficientes físicos e de “diferentes” de todo tipo, a substituição dos conflitos de classe pela cooperação entre os membros da raça superior – plena de violência normativa impregnava a sociedade alemã de forma brutal. (SCHURSTER, 2016, p. 10)

Livro: Oficina a História

Autor: Flávio de Campos/Júlio Pimentel/Regina Claro

Editora: Leya

Capítulo Analisado: 3- O Fascismo e o Nazismo

Este capítulo trata das características centrais do movimento fascista: culto à força, à violência e à hierarquia; militarismo; intolerância diante de opiniões diversas; valorização do autoritarismo; além do anti-racionalismo e anti-intelectualismo.

O autor explana acerca do contexto da crise pela qual passava a Itália, no período pós Primeira Guerra Mundial, em que greves aconteciam em várias partes do país, mobilizações de trabalhadores, tanto no norte industrializado quanto no sul agrário. Além disso, as classes médias urbanas, como pequenos comerciantes, funcionários públicos e profissionais liberais, também passavam por fortes dificuldades, sentiam-se explorados pelo grande capital, rejeitavam o liberalismo e viam com temor o “perigo do bolchevismo” (CLARO, 2016, p.65). O movimento fascista defendia a ideia da criação de um “Homem Novo”, que fosse capaz originar uma “terceira via” para de combater o comunismo e o liberalismo ao mesmo tempo (CLARO, 2016, p.66). Para Hobsbawn, o alicerce dos movimentos fascistas estavam nas camadas médias e médias baixas, durante as ascensão do fascismo, mas isso não quer dizer que este tipo de movimento não conseguia conquistar o apoio da massa, entre os trabalhadores pobres.

Proprietários rurais e industriais enxergaram em Mussolini uma opção para deter o avanço do socialismo na Itália, passando a apoiar e financiar os movimentos fascistas. Em 1924, os fascistas obtiveram 65% dos votos, crescimento no parlamento que deveu-se também às ações das milícias dos “camisas negras” (CLARO, 2016, p.67), que assassinou o deputado socialista Giacomo Matteoti, que

protestou contra a ação miliciana. O Tratado de Latrão agradava tanto a Mussolini quanto ao Papa Pio XI, para o qual representava uma oportunidade de ampliar a presença da Igreja na política e no cotidiano do país. Para Mussoline, aquele representava um apoio importante a seus projetos políticos e militares. Sobre essa relação, Hobsbawn afirma:

O que ligava a Igreja não só a reacionários anacrônicos, mas aos fascistas era um ódio comum pelo Iluminismo do século XVIII, pela Revolução Francesa e por tudo o que na sua opinião dela deriva: democracia, liberalismo, e, claro, mais marcadamente, “o comunismo ateu. (HOBSBAWM, 2014, p. 118)

No que refere à propaganda, o autor da obra analisada afirma que o regime passava uma imagem de que Mussolini defendia os pobres e os desafortunados, e que lutava pelo bem de todos. Nas escolas, retratos do Duce estavam presentes em todas as salas de aula, que o reverenciavam. Breschi aponta que a espinha dorsal do movimento mussoliano estava na juventude fascista, e que a educação fora “sublimada” com um “espírito guerreiro” (2017, p.25)

O nazismo é abordado no que tange ao contexto da crise econômica e política pelo qual passava a Alemanha, no período entreguerras. Entre 1924 e 1929, o ingresso de investimentos estrangeiros – sobretudo britânicos e estadunidenses – melhorou parcialmente a situação de crise econômica pela qual a Alemanha passava. No entanto, com a crise de 1929, os investimentos estrangeiros praticamente paralisaram, e a recuperação econômica sofreu um duro golpe (CLARO, 2016, p. 68).

A obra aborda, ainda, a guerra racial que se instalou dentro da Alemanha Nazista, onde os Judeus foram perseguidos de forma violenta. Essa perseguição antissemita levou à segregação social dos judeus, que foram confinados em guetos e posteriormente enviados para os campos de concentração e de extermínio. Os nazistas implantaram um Estado policial que exigia submissão absoluta e irrefletida da sociedade: “Oito anos depois do fim do nazismo, a filósofa alemã Hannah Arendt (1906-1975), que havia fugido para os Estados Unidos, traduziu essa lógica de controle social absoluto num conceito: totalitarismo” (CLARO, 2016, p.68).

A crítica aos usos do termo totalitarismo é um aspecto relevante deste trabalho. Como Domenico Losurdo ressalta, esse termo foi usado em referência à Alemanha Nazista e à União Soviética stalinista, convenientemente, para atingir os interesses da Guerra Fria, pois, as potências capitalistas o usaram para se auto

beneficiar com a criação de uma imagem heróica, na luta contra o “novo totalitarismo soviético” (LOSURDO, p.26).

Livro: Passado e Presente

Autor: Gislane Azevedo/Reinaldo Seriacopi

Editora: Ática

Capítulo analisado: 4 – O período entreguerras e a ascensão do Totalitarismo.

Os autores defendem uma perspectiva que afirma que, apesar de existirem aspectos antagônicos, do ponto de vista ideológico, os movimentos surgidos na Europa e o Governo Stalinista convergiam para uma nova forma de organização do Estado: o totalitarismo. Percebemos, então, que a obra mantém uma definição dos fascismos baseada nos interesses das potências ocidentais capitalistas, durante a Guerra Fria. Até 1945, o termo “totalitarismo” não era utilizado para a União Soviética, estando restrito aos regimes fascistas do período entreguerras. Os interesses da guerra ideológica do período do pós Segunda Guerra acabaram por categorizar a URSS como um “Novo Totalitarismo” (SCHURSTER, 2016, p. 92), que deveria ser duramente combatido. Schurster defende que:

Dois grupos foram fundamentais na difusão do termo nos anos de 1930: os exilados, na maioria de esquerda, que fugiram desses regimes e designaram todos os Estados sob a égide do fascismo como totalitários e os liberais anglo-saxões que o utilizaram para poder estabelecer um paralelo entre o regime alemão e o regime soviético. (SCHURSTER, 2016. p. 92)

As características do totalitarismo, expostas na obra analisada, são: partido único; uso da propaganda ideológica; violência contra as minorias (ciganos, judeus, LGBTI, imigrantes, etc). Losurdo ainda elabora uma crítica no que se refere ao ponto central das discussões acerca do totalitarismo, desviado do centro das discussões a questão racial, e elegendo como ponto tensão o “partido único”. Segundo o autor, outros países procuraram fazer a “limpeza étnica” em suas nações, tendo como maior expoente da eugenia os Estados Unidos da América, que impôs uma política extremamente segregacionista, em relação aos negros dos seu país, impondo, inclusive, prisões a quem quebrasse as leis e mantivesse relações sexuais e matrimoniais mistas:

Com o advento de Hitler ao poder, são os mais radicais seguidores do movimento eugenista americano que erigem o Terceiro Reich em modelo, visitando-o não poucas vezes em viagens de estudo ou de peregrinação ideológica. (LOSURDO, 2006, p. 74)

Além disso, Losurdo chama a atenção para o fato de que a Inglaterra manteve, de forma extremamente racista, seu programa de colonização da África e Ásia, nos séculos XIX e início do século XX. Não podemos esquecer que a metrópole inglesa, no chamado Neocolonialismo, usou a justificativa de “levar civilização” aos “não civilizados” (LOSURDO, 2006, p.76) como forma de legitimar a colonização africana e asiática.

Percebemos que a obra analisada leva em consideração a categoria de totalitarismo apontada pelos países liberais, mas não se faz qualquer análise crítica sobre o termo, nesse sentido. Além da repressão e do terror, utilizados pelo regime nazista, a propaganda ideológica era transmitida por variados meios de comunicação, como documentários cinematográficos, programas de rádio, pôsteres e cartazes. Além disso, o autor explica que a doutrinação acontecia também em relação às crianças, em sala de aula. Francisco Carlos Teixeira da Silva afirma, sobre o assunto:

Trata-se de um consistente, sistêmico e autoritário projeto para toda a educação no Terceiro Reich baseando-se em princípios racistas e de obediência irrestrita, privilegiando as noções de hierarquias raciais e de missão, ao lado da cultura da resistência física. (SILVA, 2017, p. 58)

Livro: História Global

Autor: Gilberto Coutrim

Editora: Saraiva

Capítulo analisado: 3- Abalo capitalista e regimes Totalitários

Esta obra dedica-se, em grande proporção, ao estudo do período dos fascismos em relação à crise de 1929, nos EUA, e dos regimes totalitários. O termo “totalitarismo” é definido como regime político marcado por um Estado forte, que busca estender seu poder sobre todos os setores da sociedade, supondo alcançar a completa submissão dos indivíduos (COLTRIN, 2016, p. 41). O termo foi derivado de uma frase proferida por Benito Mussolini, caracterizando-o a partir de aspectos como

partido único, ideologia oficial, Estado policial, propaganda estatal e intervencionismo econômico. A União Soviética stalinista (considerada totalitarismo de esquerda), a Itália Fascista e a Alemanha Nazista (consideradas totalitarismos de direita) são de regimes totalitários desse período.

Segundo Schuster, até 1945 o termo totalitarismo estava totalmente impregnado pelos crimes do regime nazista, que acabara de ser derrotado pela aliança das democracias e pela União Soviética. O termo passa por uma ressignificação, com o início da Guerra Fria, que passa a ser atribuído também a esta. No caso do livro didático analisado, percebemos que a definição do termo foi elaborada de forma generalizada, diferenciando nazismo e stalinismo apenas em relação a sua posição política, em que o nazismo é considerado um totalitarismo de direita, e o stalinismo, um totalitarismo de esquerda. Essa definição de regime totalitário, baseada ainda nos interesses da lógica da Guerra Fria, privilegia uma comparação entre o regime soviético e o nazismo alemão, com o intuito de demonizá-lo, pois o termo “totalitarismo” pode possuir vários sentidos, inclusive, uma conotação positiva.

Para Losurdo, a teoria do totalitarismo cumpre uma função ideológica, no contexto de Guerra Fria, que foi usada como arma ideológica contra o comunismo, dirigindo sua crítica ao totalitarismo que tem a Alemanha Nazista e a URSS Stalinista como exemplos clássicos de totalitarismos.

Losurdo critica, ainda, um ponto de vista defendido entre os teóricos do totalitarismo, quando elegeram como ponto central o partido único e não o mito racial para definição de regimes totalitários. Segundo o autor, outros países procuraram, antes, fazer a limpeza étnica em suas nações, tendo como maior expoente da eugenia os Estados Unidos da América, que impôs uma política extremamente segregacionista em relação aos negros do seu país, assim como a questão do racismo na Inglaterra, que manteve seu programa de colonização da África e Ásia nos séculos XIX e no início do século XX.

A obra em questão leva em consideração a categoria de totalitarismo apontada pelos países liberais, mas não se faz qualquer análise crítica sobre o termo, nesse sentido.

Autor: Claudio Vicentino

Editora: Scipione

Capítulo analisado: 5- A Crise de 1929 e ascensão do Nazifascismo

O capítulo analisado se dedica regimes fascistas da Europa, iniciando com a afirmação de que o “nazifascismo” foi caracterizado como um movimento nacionalista, em sua essência, antiliberal e anticomunista. A ascensão temporal do nazifascismo ocorreu entre o fim da Primeira Guerra e o início da Segunda Guerra Mundial, desencadeada pela crise dos efeitos daquela, e também pela “Quebra da Bolsa de Nova York”, em 1929.

O autor explicita que, na Alemanha, o movimento foi representado por Adolf Hitler, tendo em seu livro *Main Kampf* a base teórica para o governo nazista. Quanto a Itália, houve outro polo do movimento, liderado por Benito Mussolini.

Quanto ao *franquismo*¹⁰, na Espanha e o *salazarismo*¹¹, em Portugal, o autor considera que foram regimes políticos semelhantes ao nazifascismo, que pode ser caracterizado em alguns pontos como totalitarismo, nacionalismo, autoritarismo, romantismo, militarismo e anticomunismo. O autor ainda destaca que o antissemitismo fez parte do caso alemão, e que foi justificado pela afirmação de que os judeus marxistas teriam traído a Alemanha durante a Primeira Guerra Mundial, além disso, os nazistas consideravam os judeus como antinacionais e sem pátria, e como uma ameaça à raça ariana alemã. Quanto a Itália, a obra afirma que o fascismo tinha como base o corporativismo e que cabia ao Estado Corporativista a busca pela harmonização dos interesses conflitantes do capital e do trabalho, nos próprios quadros das corporações.

[...] Os fascistas mantiveram o valor do capitalismo e da propriedade privada e, em um importante discurso sobre lei sindical e corporativismo, em 11 de março de 1926, Mussolini confirmou a “função histórica do capital e do capitalismo”. Mussolini retratou os capitalistas modernos como homens “com elevado” sentido de responsabilidade civil e econômica” (FALASCA–ZAMPONI, 2017, p. 53)

¹⁰ O Franquismo foi o termo usado para designar o período do governo de cunho autoritário do General Francisco Franco na Espanha (1939-1975). (<https://www.infoescola.com/historia/franquismo/>)

¹¹ O Salazarismo, governo de inspiração fascista liderado por Antonio Salazar desde a década de 1930 em Portugal, foi uma das mais duradouras ditaduras da Europa. (<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/salazarismo.htm>)

O autor ressalta que, tanto Hitler quanto Mussolini, tiveram o apoio do capital financeiro e da alta burguesia na construção do Estado Totalitário.

Sobre o Fascismo italiano, a Primeira Guerra Mundial deixou a Itália com enormes prejuízos humanos e financeiros, além de nenhum ganho territorial. Comenta, ainda, que o governo italiano se mostrava impotente em meio ao caos econômico e à agitação social e política das esquerdas revolucionárias. Essas ondas de instabilidade acabaram fazendo com que as elites passassem a apoiar as milícias do Partido Fascista, conhecidos como “Camisas Negras”, que, dois anos após sua fundação, passou a eleger o maior número de representantes no parlamento (VICENTINO, 2017, p.103).

A “Marcha sobre Roma” é colocada pelo autor como um assalto ao poder, por Mussolini, afirmando que, em 1922, vindos de todas as regiões da Itália, os fascistas se dirigiram para a capital, exigindo o poder. O rei Vitor Emanuel III cedeu, então, à pressão, e Mussolini assumiu o ministério. É importante perceber que muitos acreditam em uma visão romantizada da “Marcha sobre Roma”, perpetrando uma ideia de que este evento fora o motor do reconhecimento de Mussolini pelo rei, como Primeiro Ministro.

Um breve histórico da situação da Alemanha nos primeiros anos do pós Primeira Guerra explica que um pequeno grupo ultranacionalista acabou fundando o Partido Nazista, baseado nos moldes do fascismo italiano. Enquanto esteve na prisão, Hitler escreveu *Mein Kampf*, desenvolvendo, então, os fundamentos do nazismo: arianismo, nacionalismo exacerbado, totalitarismo, anticomunismo, antisemitismo, e o conceito de “espaço vital”.

É importante pensarmos, no entanto, que apesar de Hitler ter colocado as ideias do nazismo em *Mein Kampf*, muitas delas não foram criadas por ele, pois, na verdade, já existiam desde tempos mais antigos. Hitler havia sido influenciado por outras personalidades, em seus ideais.

O autor chama a atenção para a crise de 1929, nos EUA, que na Alemanha agravou bastante os problemas, colocando como possibilidade real o engrossamento das fileiras do Partido Nazista. Por outro lado, muitos outros também preferiam aderir a partidos de esquerda. Dessa forma, a classe média e as elites se viram amedrontadas e passaram a enxergar as propostas do nazismo como uma espécie de “salvação nacional” (VICENTINO, 2016, p.105).

O Holocausto é abordado brevemente como um genocídio em campos de extermínio, de opositores do regime nazista e de milhões de judeus (VICENTINO, 2017, p.106). É importante que os livros didáticos discutam o Holocausto em seus textos, pois se faz necessário compreender como as feridas do passado foram causadas e como se refletem no Tempo Presente, a partir da compreensão dos traumas coletivos das sociedades. É importante, pois, que se reivindique o caráter universal do Holocausto:

Na realidade, a única forma de tornar universal o ensino do Holocausto é que em cada território se tenha em conta a realidade sociopedagógica e se estabeleçam realidades próximas comparáveis de modo a encontrar aquela autoidentificação. (GARRIDO, 2017, p. 17)

No que se refere à questão da propaganda nazista, a obra afirma que a campanha de racismo era um bode expiatório e fazia com que a população alemã se aproximasse dos nazistas, ao propor a purificação racial por meio do extermínio dos judeus. Além disso, toda a população alemã foi envolvida no programa nazista do *Reich*. Segundo Garrido:

As vias de transmissão da ideologia racial não eram apenas mediante um discurso textual, fosse este oral ou escrito, mas também iconográfico, por isso o professor “era incentivado a apresentar fotos, gravuras, desenhos e outros materiais visuais”. Assim vemos que o aparato ideológico nazista soube usar todos os métodos modernos de difusão de massa disponíveis na altura, como cinema que serviu tanto para a discriminação e marginalização dos judeus com filmes antissemitas, quanto para alicerçar a imagem racial ariana com filmes-documentários, como os de Leni Riefenstahl. A conclusão que se pode tirar é que a cumplicidade da instituição escolar e artística foi central para a transmissão de uma barbárie disfarçada de ciência e cultura. (GARRIDO, 2017, p. 15)

A obra encerra suas explicações sobre o Nazismo comentando que a nazificação da Alemanha se completou com o empenho dado a indústria bélica, servindo para o ideal expansionista alemão, que acabou levando ao estopim de um novo conflito europeu.

Livro: Cenas da História

Autor: Cândido Granjeiro

Editora: SM

A obra se debruça brevemente sobre o estudo dos fascismos, em que a Itália Fascista e a da Alemanha Nazista aparecem. O Partido Fascista Italiano foi adquirindo um aumento do número de adeptos à medida em que o governo italiano do pós Primeira Guerra não conseguia mais solucionar a crise pela qual a Itália vinha passando. Com um forte discurso anticomunista, os fascistas se apresentaram como uma alternativa à situação econômica desastrosa, e foram, assim, ganhando apoio das elites. A “Marcha sobre Roma” foi considerada o marco da ascensão do partido fascista, além disso, foi uma demonstração de força deste, que levou o Rei Vitor Emanuel III a se sentir pressionado, convocando Mussolini para compor o gabinete ministerial.

É importante notar que a “Marcha sobre Roma” foi alvo de uma espécie de construção simbólica com valor exacerbado, em relação ao poder de intimidar o governo italiano, fazendo com que este se sentisse pressionado a entregar o poder aos fascistas.

Embora a Marcha sobre Roma, em 28 de outubro, viesse se tornar produto de uma elaborada mitologia fascista, os ataques a instalações de governos locais de todo país iniciados na noite anterior foram mais significativos. Em Perúgia, os prefeito se rendeu aos bandos fascistas. Em Cremona, pelotões de Farinacci cortaram o fornecimento de energia elétrica e invadiram a delegacia de polícia, a prefeitura e outros pontos estratégicos. Em diversos lugares, squadristi fascistas tomaram posição cercando batalhões da polícia, estações de trem e centrais telefônicas. Soldados italianos se preparam para o confronto, mas não tiram esperando ordens de Roma. (KERTZER, 2017, p.60)

A obra afirma, ainda, que em 1929 Mussolini firmou com a Igreja Católica o Tratado de Latrão, no qual resolvia uma questão pendente da Igreja, desde a Unificação Italiana. O governo conseguiu deixar a economia italiana mais estável, e, uma reforma educacional acabou aproximando mais a juventude italiana do regime fascista.

O Estado fascista dava particular atenção a formação da juventude e esforçava-se ao máximo para preservar um ciumento monopólio dessa função (questão que levou os regimes fascistas e a igreja católica a frequentes conflitos). (PAXTON, 2007, p. 237)

As mobilizações trabalhistas também acabaram sendo dificultadas, inclusive, com a proibição das greves. O texto sobre o fascismo é finalizado com a afirmação de que, a partir da década de 1930, se assistiu na Itália uma política agressiva de

expansionismo e a consolidação do crescimento da indústria bélica (GRANJEIRO, 2016, p.166).

Sobre a Alemanha nazista, a obra considera que Hitler, em seu livro *Mein kampf*, sistematizou as ideias que giravam em torno de superioridade dos alemães sobre os demais povos do mundo; a perseguição às chamadas minorias, sobretudo aos judeus e comunistas, numa perspectiva baseada na obra do filósofo político italiano Norberto Bobbio, que considera o nazismo como uma vertente do fascismo. A ideia de Hitler sobre a necessidade da construção do “Espaço Vital Alemão”, é uma inspiração na ideia do “espaço vital”, criada por Friedrich Ratzel, um geógrafo do século XIX, o que contraria a ideia de que é uma criação originalmente de Hitler, como alguns manuais didáticos fazem parecer. É importante perceber que ideias como nacionalismo, expansionismo e antissemitismo não foram criadas por Hitler ou Mussolini, pois têm raízes mais antigas, são, na verdade, a inspiração dos líderes do nazifascismo. Segundo Paxton:

Um ponto de partida possível são as leituras dos primeiros fascistas. Mussolini era um leitor sério. O jovem mestre-escola e organizador italiano não lia tanto Marx, mas principalmente Nietzsche, Gustave Le Bon e Georges Sorel. Hitler absorveu, mais por osmose, o febril nacionalismo pan-germânico e o anti-semitismo de George Von Shonerer, de Houston Stuart Chamberlain, do prefeito Lueger e das ruas de Viena, alçados em sua mente a puro êxtase pela música de Richard Wagner. (PAXTON, 2007, p. 64)

Durante o regime nazista foi introduzido um aparato legal que “dava forma” ao regime nazista (GRANJEIRO, 2016, p.167). No que se refere ao racismo alemão, menciona-se um programa que privilegiava a superioridade de uma suposta raça ariana pelo regime nazista, mas não há indicativo da influência da eugenia nisto. Também não se cita o termo Holocausto nem se menciona os campos de concentração.

Iniciou ainda uma política de militarização da Alemanha, o que estava vetado pelos acordos assinados entre os países no fim da Primeira Guerra Mundial. Em 1934, com a morte do presidente Hindenburg, Hitler assumiu o comando total do país, situação aprovada em plebiscito por 90 % da população. Nesse mesmo ano, em um congresso do Partido Nazista na cidade de Nuremberg, ele se apresentou ao país – e ao mundo – como o Führer, líder supremo do Terceiro Império Alemão (o Terceiro Reich), destinado, segundo os nazistas, a durar mil anos. (GRANJEIRO, 2016, p.167)

Autores: Pedro Santiago/Célia Cerqueira/Maria Aparecida Pontes

Editora: Escala Educacional

Capítulo analisado: 3- Entre Guerras

O capítulo analisado dedica-se ao estudo do período entre as duas guerras mundiais. Os conteúdos da crise de 1929, nos Estados Unidos, e também os do nazifascismo aparecem numa marcação do contexto histórico do terreno da Europa no pós Primeira Guerra Mundial, evidenciando que, ao final deste grande conflito, a população de vários países duvidavam da capacidade das democracias liberais em resolverem os graves problemas que assolavam o continente europeu. Os tratados do pós Primeira Guerra, em vez de estabelecerem o equilíbrio entre as nações, acabaram criando dificuldades para a recuperação dos países vencidos. Todo esse contexto acabou gerando a ascensão de regimes totalitários em países como Alemanha, Itália, Portugal e Espanha, e suas bases ideológicas, advindas do fascismo (PONTES, 2016, p. 42).

A obra afirma que, apesar dos governos fascistas serem marcados por iniciativas que sobrepujam a qualquer vontade individual ou coletiva, os mesmos não foram completamente impostos nos países onde se instauraram, ao contrário, obtiveram amplo apoio popular (PONTES, 2016, p. 42). Essa perspectiva pode ser tomada como ponto positivo na abordagem dos fascismos, pois, com o fim da Segunda Guerra Mundial, criou-se na Europa um mito de que a sociedade civil tinha sido apenas vítima dos perpetradores dos regimes fascistas, ideia disseminada tradicionalmente em grande parte dos manuais didáticos.

As intensas transformações políticas, econômicas, sociais e científicas que passaram a existir ao longo do século XIX e XX acabaram dando origem a muitas tentativas de explicar cientificamente as diferenças entre os seres humanos e grupos sociais, isso tudo acabou desembocando em um racismo moderno, o “Iracismo científico”¹², sendo, a eugenia, a mais influente. Neste cenário foram adotadas medidas políticas que estimulavam o desenvolvimento de raças teoricamente mais

¹² As práticas eugênicas e higienistas utilizaram recursos validados pela ciência para definir as raças humanas, em raças superiores e raças inferiores, raças puras e as outras, sendo a supremacia racial branca a referência do belo ou puro. Na saúde o racismo científico estruturou a medicina legal, com a figura do perito que, ao lado da polícia, explica a criminalidade e determina a loucura e posteriormente, entra em cena a prática eugenista, que passa a separar a população enferma da sã. (<http://populacaonegraesaude.blogspot.com/.../racismo-cientifico-definindo-humanidade.html>)

evoluídas e continham o crescimento daquelas consideradas degeneradas. Essas teorias racistas acabaram espalhando-se por diversos países, dentre eles, Estados Unidos e Alemanha (PONTES, 2016, p. 43). Este é outro ponto positivo da obra analisada, pois muitos livros didáticos abordam o racismo alemão sem fazer qualquer menção a ideias precedentes que o acabaram influenciando. Após a Segunda Guerra Mundial, no entanto, as teorias racistas acabaram entrando em descrédito, pois os biólogos reforçam, nos dias atuais, a ideia da inexistência de diferentes entre as raças humanas, muito menos qualquer hierarquia entre as diferentes culturas.

Num breve histórico do fascismo italiano, a obra afirma que o partido fascista possuía um discurso oposto ao dos comunistas e de denúncia contra os tratados que finalizaram a Primeira Guerra Mundial. Essas ideias influenciaram a aproximação dos fascistas com os grupos de elite e das classes médias (PONTES, 2016, p. 43). É também positivo, na obra, o ponto de vista que posiciona as classes médias como apoiadoras dos fascismos, já que muitos livros colocam apenas a alta burguesia nesse patamar, sem citar o apoio das camadas médias da sociedade. Eric Hobsbawm afirma que as camadas médias e médias baixas da sociedade serviram de alicerces dos fascismos em toda a sua ascensão.

Os eleitores do centro e da direita burguesa passaram em números maciços para o partido Nazista entre 1930 e 1932. Mas não foram esses os construtores do fascismo” (HOBBSAWN, ano, p. 126)

No que se refere ao estudo do Nazismo, a obra contextualiza o período de crise pelo qual a Alemanha passava no pós Primeira Guerra Mundial e a ascensão do regime nazista. A ideologia nazista pregava a ideia de superioridade dos alemães sobre os demais povos do mundo, a perseguição de minorias, principalmente judeus e comunistas, e também a necessidade do expansionismo alemão (PONTES, 2016, p. 45). Com o fim da chamada República de Weimar, tinha-se início a mais violenta ditadura do mundo contemporâneo. E, com o nazismo no poder, iniciou-se uma forte campanha para eliminar seus inimigos fora e dentro do partido nazista, nesta campanha decretou-se o fim de todos os outros partidos, a criação de uma polícia secreta (Gestapo), além da instituição de um programa de aperfeiçoamento da suposta raça alemã, valendo-se da esterilização de pessoas com deficiência física e mental (PONTES, 2016, p. 46).

1.1 RESUMO DA ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS (PNLD)

Fazendo um apanhado do que foi constatado na análise dos livros didáticos aprovados pelo PNLD, alguns pontos acabaram chamando a atenção. O primeiro deles remete à questão da conceituação dos fascismos. Percebemos que o termo “totalitarismo” aparece na maioria dos manuais didáticos analisados neste trabalho, que vem sendo discutido de forma ampla pelos historiadores, principalmente por ser um termo que possui um sentido polissêmico. No livro didático *Conexões com a História*, o capítulo dedicado ao estudo do nazismo e fascismo inicia-se com uma diferenciação entre autoritarismo e totalitarismo, no qual o totalitarismo aparece como um regime político que se manifesta de forma controladora em todas as relações sociais, além de possuir uma estreita relação dos governantes com as massas. Já no autoritarismo, o livro didático explica que apesar destes governos reprimirem os cidadãos que a eles se opõem, não exercem o mesmo controle que os regimes totalitários incorporam na vida pessoal. Também, segundo o próprio livro, no autoritarismo não há a mesma construção de aproximação com as massas, da maneira como acontece com os regimes totalitaristas. Significa dizer que, em relação ao totalitarismo, o autoritarismo possui um grau de pluralismo político maior, mesmo que este seja limitado. Esta busca de diferenciação entre autoritarismo e totalitarismo merece ser considerado como ponto positivo para este manual didático, pois em nenhum dos outros livros analisados nesta pesquisa foi constatado algo similar. É preciso compreender que esta importância também gira em torno da relação com sua própria complexidade, pois essa diferenciação conceitual requer que os alunos do Ensino Médio sejam previamente preparados e sejam capazes de assimilar os conteúdos.

Ainda no que se refere ao uso do termo totalitarismo pelos livros didáticos, é notável que, mesmo em face dessa recorrência, a maior parte dos manuais didáticos analisados não faz referências a totalitarismos de direita ou de esquerda. Na verdade, colocam totalitarismo como uma definição geral para nazismo alemão e fascismo italiano, nas décadas de 1920 e 1930. Em *Passado e Presente* e *História Global*, no entanto, os regimes totalitários de direita e de esquerda são abordados. Nestes, o termo totalitarismo é usado tanto para as direitas fascistas, quanto para a

URSS. Este uso segue uma lógica utilizada pelas potências capitalistas, de acordo com os interesses da Guerra Fria. Estudiosos do assunto, como Maurício Parada e Domenico Losurdo, nos esclarecem que as potências capitalistas passaram a atribuir o termo totalitário a URSS durante a Guerra Fria, já que inicialmente esta designação foi atribuída ao fascismo italiano. O que ocorre é que, atendendo a interesses das potências ocidentais, o termo totalitarismo passou a ser atribuído à antiga União Soviética, durante a Guerra Fria. As potências capitalistas adaptaram o uso da definição de regimes totalitários, não somente à Alemanha Nazista ou a Itália Fascista, mas também à União Soviética, com o intuito de legitimar a luta contra um “Novo Totalitarismo” (LOSURDO, 2016, p.55). No livro didático *Passado e Presente*, os autores afirmam que, apesar de existirem antagonismos em alguns pontos entre o que chamam de totalitarismo de direita e de esquerda, ocorrem também pontos convergentes na organização do Estado. Este livro didático adota uma visão das potências liberais no pós Segunda Guerra sobre a conceituação do termo “totalitarismos”, no plural. Já no livro didático *História Global*, o autor ressalta que são exemplos de regimes totalitários desse período a União Soviética Stalinista (considerado totalitarismo de esquerda), a Itália Fascista e a Alemanha Nazista (considerados totalitarismos de direita). Para Losurdo, a Guerra Fria está configurada como uma guerra civil mundial. Sendo assim, para o ocidente, o melhor meio de enfrentá-la era apresentando-se como o lado campeão da luta contra o “Novo Totalitarismo”, neste caso, o regime comunista soviético. Dessa forma, a teoria do totalitarismo cumpre, segundo Losurdo, uma função ideológica no contexto da Guerra Fria. Segundo ele, a teoria totalitarista serviu como arma ideológica contra o comunismo, mantendo assim sua crítica em relação ao totalitarismo que tinham a Alemanha Nazista e a URSS Stalinista como exemplos clássicos de totalitarismos.

No livro didático *História Sociedade e Cidadania*, de Alfredo Boulos Júnior, a conceituação de fascismos aparece a partir das ideias do historiador Robert Paxton (2016), presentes na obra *A anatomia dos fascismos*. Nessa obra, Boulos faz uma espécie de resumo das principais ideias do conceito de fascismos para Paxton. Dentre estas, está a preferência pela utilização do termo “fascismos”, no plural, em detrimento de fascismo, no singular. O livro comenta que esta escolha foi feita por existirem, para Paxton, várias modalidades de fascismo. Os fascismos trazem a característica de possuírem comportamentos políticos que demonstram uma preocupação obsessiva com a imagem da comunidade, vista como vítima de grande

humilhação, levando à necessidade de criação de cultos para “unir” e “purificar” seus membros chefiados pelo líder de base social (JÚNIOR, 2016, p.83). Para Paxton, que utiliza o conceito de “paixões mobilizadoras” (PAXTON, 2016, p.), os fascismos implicam no sentimento geral de frustração e perda, no nacionalismo exacerbado e no sentimento de fazer parte de um grupo social vítima de uma injustiça. Tudo isto acaba criando um sentimento político, social e mental que permite a ascensão dos fascismos. Ainda segundo Paxton, nos fascismos existe uma coesão interna, apesar de entender a diversidade de sua ocorrência.

Outro aspecto que merece destaque na análise dos livros didáticos é a questão do Holocausto. Esta pesquisa considera que estudar e refletir sobre o assunto no ensino básico é de essencial importância. Karl Schurster (2017) chama a atenção para o Holocausto, no sentido de ser um dos temas mais estudados e pesquisados em todo o mundo, além de fornecer uma grande amostragem da capacidade humana, refletindo o que o ser humano é capaz de fazer, tornando-se então, um tema de caráter universal. Ainda assim, este tema é negligenciado pelos materiais didáticos brasileiros, tanto que, nesta pesquisa, percebemos que pouco se discute o assunto, e alguns manuais sequer o mencionam. Mesmo quando tratam sobre a questão do antissemitismo, na maior parte das vezes não se faz menção ao Holocausto. Um dos poucos livros analisados que privilegiam o tema é o *Olhares da História Brasil e Mundo*, de Cláudio Vicentino. Nele, o Holocausto é abordado brevemente, referindo-se ao genocídio em campos de extermínio, de opositores do regime nazista e de milhões de judeus.

A linha desta pesquisa considera que estudar o Holocausto nos livros didáticos é de fundamental importância para a compreensão das feridas do passado, como foram causadas e como se refletem no tempo presente, assim como uma maneira de criar possibilidades de entendimento dos traumas coletivos nas sociedades. Além do mais, é necessário que se reivindique o caráter universal do Holocausto. Para Xoán Manuel Garrido (2017), a única forma de tornar universal o ensino do holocausto é que em cada território se tenha em conta a realidade sócio pedagógica e se estabeleçam realidades próximas comparáveis, de modo a encontrar uma auto identificação.

No livro didático *História*, de Ronaldo Vainfas, um questionamento é posto: “A palavra Holocausto vem do Grego e significa sacrifício ritual. Como ela se relaciona

com a ascensão do fascismo e do nazismo na Europa dos anos 1920-1930?” (VAINFAS, 2016, 77.).

Este trabalho de pesquisa leva em conta a participação da sociedade civil nos fascismos, buscando não cair no mito de que a sociedade tenha sido apenas uma simples vítima do Estado, nas ditaduras. Essa abordagem permite perceber que a participação de pessoas comuns nos regimes fascistas não ocorreu de maneira obrigatória. No Nazismo alemão, a sociedade não foi forçada por Hitler e seus carrascos a aceitarem o regime, mas participou ativamente. A sociedade alemã estava envolvida no processo como um todo, eram juízes que assinavam sentenças em favor do regime nazista, professores que “ensinavam crianças a odiarem judeus” , policiais que prendiam judeus, dentre tantos outros.

Paxton acredita que tentar compreender os fascismos em sua totalidade examinando apenas o líder, isoladamente, é um erro. Pois, este tipo de visão oferece um alibi às nações que aprovaram ou toleraram os líderes fascistas, desviando a atenção das pessoas, dos grupos e das instituições, entre líder e nação, e entre partido e sociedade. No entanto, percebe-se que, até os dias atuais, muitos livros didáticos, no Brasil, ainda acabam contribuindo com a ideia de que o nazismo foi uma invenção de um “homem demoniado”, que junto com membros do Partido Nazista fizeram coisas desumanas, e, por isso, extremamente odiáveis. Mas é preciso compreender que a atitude de Hitler era “humana”, no sentido de que era preferivelmente praticável, do ponto de vista “humano”, do que o ser humano é capaz, posto que ele fazia parte da raça humana. Schurster aponta que um dos objetivos chave do nazismo era a “transcendência do ser” (SHURSTER, 2016). As pessoas não só deveriam apoiar o sistema, mas, acima de tudo, ser a representação deste na vida cotidiana. Assim, é necessário ter uma visão holística do nazismo, e não enxergá-lo como um simples resultado de líderes mal feitos. Na verdade, nos últimos 20 anos, as análises da colaboração, do consenso e do consentimento da população para com a ditadura alemã cresceram demasiadamente. Na chamada “História do tempo presente” há um intuito de se dar aos problemas e acontecimentos presentes uma historicidade e problematiza-los. Neste tipo de História, os eventos não são considerados como algo posto, dado e natural. Ela procura estudar como as sociedades lidam com os traumas coletivos ocasionados pelos grandes conflitos mundiais. Trata-se de procurar entender o passado, ao invés de apenas julgá-lo. Schurster afirma que os indivíduos que compunham aquela

sociedade sentiam-se mais representados pelo Nacional-socialismo, que, em larga medida, os fazia sentirem-se parte integrante e ativa da política, ao contrário das democracias dos anos de 1920-1930. O nazismo passava, então, a ideia da transcendência do ser para a população alemã. Na verdade, o nazismo alemão foi destituído do poder pela questão do seu fracasso militar no âmbito internacional, e não por oposição interna. Logo após 1945, era mais fácil para o continente europeu se reconstruir pelo caminho do esquecimento do que pelo da memória, criou-se o que se chamou de “amnésia coletiva” (SCHURSTER, 2016, p.86). A ideia de uma população vitimizada em relação a Hitler e seus carrascos gerou uma desumanização destes últimos. Esta pesquisa busca considerar a responsabilidade da sociedade civil no que se refere a participação no regime nazista, procura-se entender o nazismo como um fenômeno extremamente perverso, embora humano.

No livro analisado *Conexões com a História*, discute-se sobre a participação da sociedade civil na política discriminatória antissemita, que pode ser considerada de grande importância para o estudo do nazismo nos livros didáticos, pois muitas pessoas comuns colaboraram com a política discriminatória antissemita, não somente por medo, mas também pela perspectiva de ascensão social (OLIVEIRA, 2017, p.90). Juízes e advogados falseavam julgamentos em favor do regime nazista, sacerdotes católicos e protestantes fechavam os olhos diante das atrocidades nazistas. Nessa perspectiva, este manual didático se posiciona na defesa duma postura menos vitimista, afirmando que os membros da sociedade civil corroboraram com o regime nazista. Novamente, frisamos a importância dos manuais didáticos do Ensino Médio conterem este tipo de proposta em suas abordagens, para tentarem quebrar o velho estereótipo maniqueísta de Estado contra sociedade civil.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração na análise dos fascismos, nos livros didáticos, é que boa parte deles acabam perpetrando uma imagem romantizada ou até mesmo mitológica da “Marcha sobre Roma”. O livro didático *Olhares da História Brasil e mundo*, de Cláudio Vicentino, expõe a “Marcha” como um assalto do poder por Mussolini, afirmando que, em 1922, fascistas vieram de todas as regiões da Itália para Roma. O Rei Vitor Emanuel III cedeu à pressão, e Mussolini assumiu o Ministério. Já o livro *Conexões com a História* afirma que os fascistas não representavam grande perigo, mas, mesmo assim, o Rei Vitor Emanuel III, que estava com problemas para compor um novo gabinete, acabou cedendo aos apelos dos fascistas e convocando Mussolini para formar o Governo. A

abordagem deste livro didático sobre o assunto é importante por expor uma perpectiva diversa menos ilusória do evento em questão, que geralmente recebe atribuições arbitrárias, como uma incrível força popular e uma enorme mobilização nacional.

Não mais do que vinte e seis mil homens armados com velhos fuzis do exército, e muitos portando apenas cassetetes, chegaram aos arredores de Roma, seu entusiasmo amortecido pela forte chuva. Posteriormente, a lenda fascista diria que eles eram trezentos mil. Para enfrentar os desorganizados arruaceiros fascistas havia vinte e oito mil soldados italianos, com suas metralhadoras e seus carros blindados prontos para entrar em ação. (KERTZEL, 2017, p 78)

De modo geral, os livros didáticos analisados nesta pesquisa, iniciam os seus capítulos sobre os fascismos contextualizando o terreno de crise política e econômica que levou ao fortalecimento destes tipos de regime. A maior parte dos livros didáticos afirma que, com a crise na Europa, após a Primeira Guerra Mundial, movimentos de esquerda cresceram bastante dentro do continente, que fizeram com que os fascismos começassem a ser vistos como uma solução rápida e possível, tanto para os problemas econômicos causados pelo capitalismo liberal, quanto como uma maneira de “barrar o avanço comunista” no território europeu. No livro didático *Conexões com a História*, há uma discussão de como a Revolução Bolchevique, na Rússia, terminou por influenciar a formação de movimentos de trabalhadores na Alemanha (OLIVEIRA, 2017, p. 84). Mas explica-se que paralelamente a isto houve um crescimento de movimentos considerados como ultraconservadores. O historiador Eric Hobsbawn, em *A Era dos extremos* (2014), nos esclarece que os conservadores enxergavam os fascismos como uma terceira via política, já que eram contra o liberalismo capitalista e também contra o comunismo. Em relação as revoluções no período entre guerras, Parada aponta:

Na prática, ela deixou de ser um monopólio dos partidos e movimentos de esquerda e passou a frequentar também o ideário de direitistas, conservadores ou radicais, adversários da Revolução Vermelha, Bolchevista, mas partidários de algo que ora denominaram de terceira revolução, ora de verdadeira revolução, situada como capaz de ultrapassar o dilema liberalismo x comunismo. (PARADA, 2017, p. 19)

O livro didático *Contato com a História* afirma que a situação de crise na Itália do pós Primeira Guerra Mundial ocasionou a conquista de seguidores em várias camadas sociais, e entre elas estavam desempregados, estudantes, classe média e burguesia. Além destes aspectos, o fascismo promoveu a mobilização de massas,

que temiam o crescimento do socialismo. Hobsbawn defende que o fascismo rejubilava-se na mobilização de massas, e que a mantinha simbolicamente na forma de teatro público.

Na maior parte dos manuais didáticos analisados, não se toca no ponto em que os fascismos foram vistos como movimentos que tiveram como base de apoio as classes médias. Porém, a obra de Vainfas afirma que a base do fascismo italiano era formada por indivíduos da classe média, e que Hitler levantava a bandeira de resgate da dignidade do povo alemão, em especial dos trabalhadores e de uma classe média muito prejudicada pela crise econômica do pós guerra. Já no livro *Oficina e História*, é exposto que as classes médias urbanas (pequenos comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais) passavam por fortes dificuldades, sentiam-se explorados pelo grande capital, rejeitavam o liberalismo e viam com temor o “perigo do Bolchevismo” (CLARO, 2016, p.86). Hobsbawn considera que as camadas médias e médias baixas alicerçavam os movimentos fascistas durante a ascensão destes.

Quanto à questão do antissemitismo, a maior parte dos livros didáticos, quando tratam do assunto, não fazem referência à ideias anteriores ao nazismo, e que acabaram influenciando a ideologia nazista. Poucos livros se dedicam, por exemplo, à questão da eugenia, nascida no século XIX. Como fora dito anteriormente, quase nenhum dos manuais didáticos analisados cita o termo Holocausto. Sobre a eugenia, o livro *Conexões com a História* expõe:

A missão de promover a eugenia foi atribuída aos médicos, que eram responsáveis por “proteger a sociedade” não apenas contra as doenças, mas também contra a ameaça da “degeneração racial”. Cerca de 45% dos médicos alemães eram membros do partido nazista, a maior taxa de adesão entre todas as profissões. Aderir ao regime contribuía para a rápida ascensão a altos cargos. Aqueles que hesitavam eram expulsos das associações médicas e científicas. (OLIVEIRA, 2017, p. 91)

O livro *Olhares da História Brasil e mundo* comenta que a campanha do racismo era um bode expiatório e tinha a função de fazer com que a população alemã se aproximasse dos nazistas, ao propor a purificação racial por meio do extermínio dos judeus. O termo Holocausto só é brevemente explicado como o genocídio em campos de extermínio, de opositores do regime nazista e de milhões de judeus. Para Garrido, a ideologia racial nazista não foi transmitida apenas por um discurso textual, mas também iconográfico. Sendo assim, a propaganda nazista

soube promover a cumplicidade entre a instituição escolar e artística, havendo, dessa forma, a transmissão de uma barbárie disfarçada de ciência e cultura. Francisco Carlos Teixeira afirma:

A “Nova Pedagogia” nazista era ferramenta básica no processo de “Gleichhaltung” nazista – ou seja, a fascistização de todas as instituições do país. O objetivo pedagógico nazista desdobrava-se em vários objetivos, conforme os próprios ideólogos da “Nova Educação” enunciavam: i. cabia formar o “novo homem”, com ênfase na disciplina, no respeito à hierarquia via “Führerprinzip” (ou na obediência total e sem questionamentos que deveria estender-se das menores instituições do Terceiro Reich, como a escola local até a figura do próprio “Führer” Adolf Hitler, ii. A extensão dos exercícios físicos, mesmo em detrimento dos “tempos de aulas” das mais disciplinas; iii. A introdução da nova biologia racial - “Rassenkunde” -, que deveria explicar e exaltar a superioridade da raça ariana e sua vocação de “Herrenrasse” (uma “raça de senhores”), no âmbito mundial; e, iv. Um amplo processo de “desconfessionalização” (no original: “Entkonfessionalisiert”) da nação, em especial retirando as crianças e jovens das escolas locais de cunho evangélico ou católico. (TEIXEIRA, 2017, p. 57)

CAPÍTULO 2

ENSINO DE HISTÓRIA: DIÁLOGOS COM A IMAGEM VISUAL

Faremos, neste capítulo, uma análise das imagens visuais dos livros didáticos aprovados pelo PNLD. Vale frisar que serão analisadas as imagens referentes aos capítulos dos estudos dos fascismos.

No século XIX, a escola positivista¹³ só considerava o documento escrito e oficial como fonte histórica. O reflexo disso, no ensino da História, foi um tipo de educação em que a crítica ficava à margem do processo educacional. Até mesmo no século XX, por muito tempo, o ensino da História esteve reduzido a fazer com que o aluno memorizasse “grandes nomes”, decorasse datas cívicas e afins. O uso da imagem tinha, nesse contexto, o papel de ser um complemento meramente

¹³ Escola do século XIX, que considerava o documento escrito e oficial como a única fonte de verdade possível para a pesquisa histórica. (<http://www.klepsidra.net/klepsidra7/annales.html>)

ilustrativo da veracidade dos textos, formavam-se, assim, as imagens canônicas que se incrustavam na mente dos alunos como uma verdade absoluta.

A História se faz com os documentos escritos, sem dúvida, quando eles existem. Mas ela pode ser feita, deve ser feita com tudo o que a engenhosidade do historiador lhe permitir utilizar. (FEBVRE, 1974, p. 21)

Com a escola dos Anales¹⁴, no começo do século XX, a ampliação da noção de fonte histórica ocorreu de forma extraordinária. Com o passar do tempo, os reflexos foram se fazendo sentir no ensino da História, hoje as possibilidades de uso do documento em sala, pelo professor, são muito abrangentes, como fotos, pinturas, desenhos, filmes, entre vários outros. Com Anales, então, veio a ampliação da noção de fonte histórica, que permitiu um aumento de possibilidades nas abordagens e usos de metodologias renovadas no “chão da escola”. Nos últimos tempos, o crescimento da preocupação acerca das novas perspectivas no uso de novas metodologias no ensino de História tem sido uma constatação positiva. Faz-se, assim, necessário que o debate sobre novas abordagens sejam inseridas no ensino de História, assim como novas maneiras de estudar História. Com as novas perspectivas sobre a Educação Histórica, os alunos passaram a ser compreendidos como agentes da sua própria formação, pois, deve-se tomar como pressuposto que os estudantes detenham ideias históricas prévias, além de suas próprias vivências e experiências pessoais. Também é preciso encarar o professor como investigador do seu próprio universo de trabalho e não apenas como um mero transmissor de conhecimentos. Sendo assim, as aulas devem ser problematizadas em suas diversas situações. Pensando dessa maneira, o professor passa a ser encarado como um historiador que trabalha com documentos e elabora o conhecimento em suas aulas.

Repensar a história ensinada, no sentido de vencer as barreiras que separam o discurso do professor e os interesses e necessidades de formação do aluno, parece ser o grande desafio contemporâneo. E, neste caso, “o desafio maior que a aprendizagem ubíqua traz aos sistemas de ensino é a pressão que ela causa sobre o papel tradicional do professor, que, agora, mais do que nunca, está longe de ser o detentor do saber”. (LUCINI, 2016, p. 119)

¹⁴ Corrente historiográfica francesa da primeira metade do século XX, fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre, acabou revolucionando os métodos historiográficos com a ampliação da noção de fontes históricas. (<https://historiadomundo.uol.com.br/curiosidades/escola-dos-annales.htm>)

Para Isabel Barca (2016, p.86), a capacidade de se fazer outras interpretações da História e perceber diferentes fontes que não sejam exclusivamente dos livros didáticos cabe ao professor. Muitos professores acabam utilizando as fontes dos manuais didáticos como uma verdadeira fonte da verdade, preterindo fontes alternativas para o trabalho em sala de aula, e ministrando aulas com pouca “significância histórica” (BARCA, 2016, p.119).

Nesse contexto, o uso de imagens no ensino de História é de extrema relevância, pois permite que se estabeleça um diálogo real entre a imagem e o aluno, gerando uma possibilidade de utilização crítica da imagem visual na escola. Os livros didáticos, muitas vezes, acabam perpassando uma posição de autoridade em relação ao alunos, já que o “bom aluno” é aquele que obtém bons resultados através da memorização, pois ele decora e “aprende” o que está no livro adotado pela escola. Sendo assim, enxergar o uso unicamente do livro didático como uma fonte de verdade acaba prejudicando o senso crítico, no processo ensino-aprendizagem.

A imagem, no entanto, não pode ser transmitida aos alunos como um evento fidedigno da realidade, ela deve ser abordada de forma crítica, fazendo com que o aluno reflita sobre o que aquela figura representa de forma geral, inclusive, o que está oculto, explorando, assim, sua subjetividade. A imagem visual deve ser encarada como uma “representação da realidade” e não como um “espelho da realidade” .

No ensino tradicional, a função da História do Brasil era a de explicar a genealogia da nação brasileira. Muitos livros didáticos colocavam ao lado dos seus textos, considerados como verdade absoluta, imagens canônicas. O objetivo era de trazer a imagem como uma forma legitimadora do que estava escrito no manual didático. Sendo assim, a imagem vinha ilustrando os livros didáticos, com a função de comprovar uma verdade. Esta pesquisa considera que a utilização das imagens com esse tipo de função é completamente inadequada, pois uma pintura ou uma fotografia não deve conter este tipo de “autoritarismo”, não deve servir como legitimadora do discurso da obra ou simplesmente da fala do professor. Deve-se, ao contrário, fazer o uso das imagens com um olhar crítico e questionamentos pertinentes, para que os discentes elaborem reflexões acerca do que está sendo estudado. Para George Dubois, o que a fotografia não mostra é tão importante

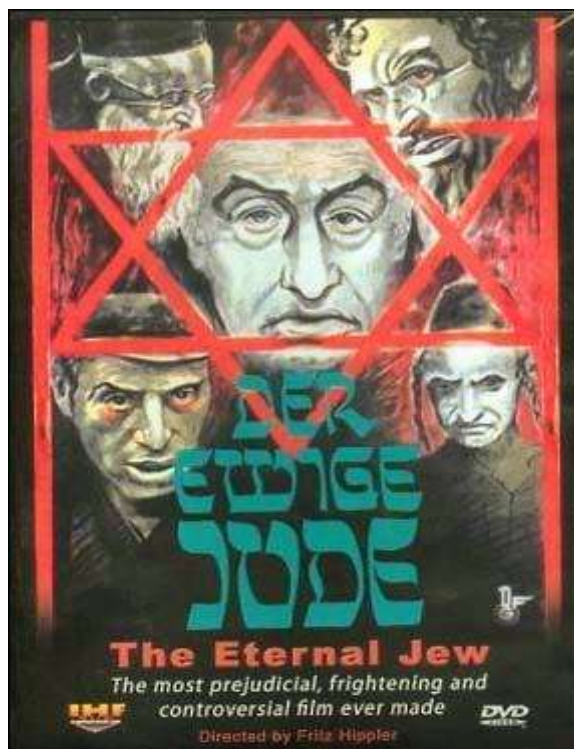
quanto o que ela revela. A fotografia, a exemplo de outras formas de imagem visual, também carrega uma história e com ela representações de mundo.

A foto, por ser um recorte particular da realidade, representa apenas o congelamento de um momento, principalmente aquelas produzidas em estúdios, como há cento e cinquenta anos, quando as pessoas tinham que ficar paralisadas por mais de um minuto (por causa do equipamento) e se arrumar para a ocasião, porque, geralmente, era a única foto que tiravam na vida. (PCNS, 2000, p. 81)

São incontáveis as possibilidades do uso das imagens visuais no ensino da História, o mais importante é utilizá-las de forma consciente e planejada pelo professor, abrindo, assim, possibilidades para a ampliação do conhecimento crítico do aluno em sala de aula.

2.1 ANÁLISE DAS IMAGENS DOS LIVROS DIDÁTICOS

No livro didático *Olhares da história*, de Cláudio Vicentino, a primeira imagem que se refere ao estudo dos fascismos está exposta logo abaixo do texto que trata sobre o ideário nazifascista. Esta imagem apresenta um cartaz de um filme de 1937, que era de cunho antissemita (VICENTINO, 2017, p. 192). O cartaz exhibe cinco homens judeus com um aspecto grotesco e degenerado, dando a impressão de serem verdadeiros “zumbis”. Ao centro do pôster está a estrela de Davi, além da legenda, que não aparece traduzida pelo livro didático analisado.



“Pôster do filme O eterno judeu, de 1937, que pregava o antissemitismo”. (Tradução: livre). (VICENTINO, ANO, p. 192)

O cinema alemão ligado ao nazismo acabou produzindo um farto material em propaganda antissemita. Muitos foram produzidos em 1940, projetados para legitimar a deportação maciça de judeus para os campos de concentração. Muitas produções cinematográficas do III Reich eram denominadas documentários, construindo, assim, uma ideia de realidade para o que era exposto. Os judeus eram sempre apresentados nestes filmes como um mal para o mundo, associados a pragas, ratos, porcos e outros. A ideia que se tentava passar, nestes documentários, é de que o judaísmo era um “problema internacional”, que deveria ser combatido.

Todos os regimes fascistas tentaram controlar a cultura nacional de cima para baixo, purificá-la de influências estrangeiras e transformá-la num veículo da mensagem de unidade e revivescimento nacionais. A decodificação das mensagens culturais expressas nas cerimônias, nos filmes, nas apresentações teatrais e nas artes visuais se converteu, nos dias de hoje, na área mais ativa da pesquisa sobre o fascismo. (PAXTON, 2007, p. 239)

A propaganda alemã pregava uma Alemanha forte e reconstruída, a partir de uma comunidade do povo. Criava-se, então, o conceito de *Volksgemeinschaft*, ou seja, de uma uniforme comunidade alemã, que seria capaz de acabar com os conflitos entre as classes. Diehl afirma:

O nacional-socialismo consagrou grande parte de sua propaganda ao antissemitismo. É por meio da perseguição às minorias e, principalmente aos judeus, que o sistema se estabiliza. Denominado o inimigo, todos os problemas da sociedade passam a ser atribuídos a ele. A solução parece lógica; ao se exterminar os “causadores” dos problemas, estes também desaparecerão. (DIEHL, 1996, p.67)

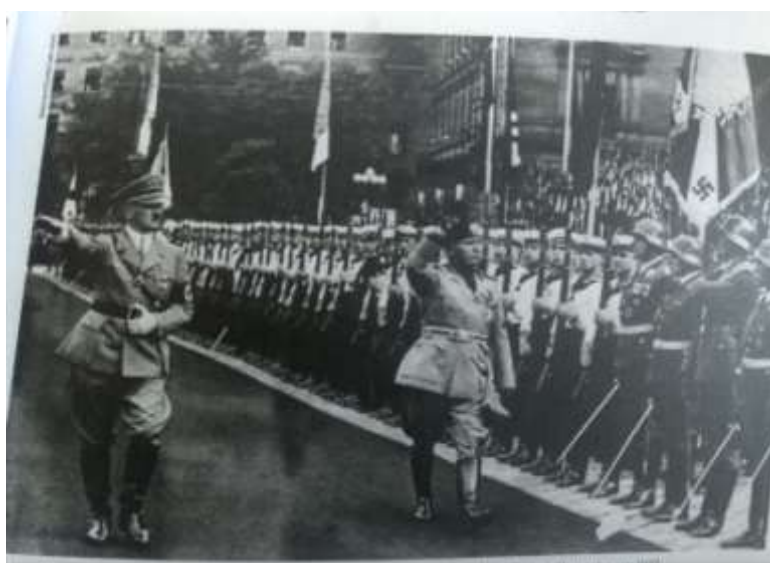
Para Diehl, as distorções criadas pelo nacional-socialismo colocavam grandes personagens históricos de origem judaica como os grandes responsáveis pela desgraça do mundo. Assim, a “praga judia” (DIEH, 1996, p.75) passa a ser considerada responsável pelos males que assolavam a Alemanha, que deveria, então, varrer aquela do seu território. O antissemitismo passa a ser um dos legitimadores do regime nazista. Personagens ilustres como Karl Marx, Sigmund Freud, a família Rothschild e Albert Einstein foram considerados, junto com suas ideias, inimigos da “comunidade alemã”, pelo fato de serem judeus. Einstein e Freud foram perseguidos pelo regime nazista, que passou a abordar o judeu em sua propaganda nazista através de metáforas pejorativas: “Nos cartazes anti-semitas [sic] essa imagem é construída pela representação de homens barbudos, mal vestidos e sujos que se caracterizam pela mendicância e desonestidade” (DIEHL, 2006, p. 94).

A ideologia nazista estava completamente carregada de uma política racista, e sua propaganda apresentava a imagem do judeu como um ser que “carregava no sangue” seus “infinitos defeitos” (DIEH, 1996, p.76). A própria educação, durante o regime nazista, tinha o importante papel de legitimar o ódio aos judeus pelas crianças alemãs. Fosse na propaganda política do regime nazista, ou na própria escola, passava-se a imagem de uma dicotomia Deus e Diabo, representada na impossibilidade de convivência entre ariano e judeu, que tinha seus supostos defeitos explicados pela genética. A suposta superioridade ariana também era considerada pelos nazistas como verdade incontestável. Vinícius Liebel afirma que a escola nazista negava a possibilidade de empatia ao caracterizar a essência do judeu como malévola e oposta à dos arianos.

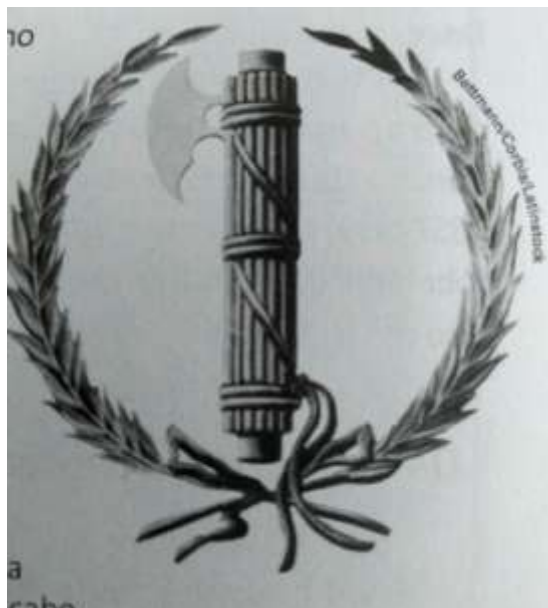
A propaganda nazista constrói o seu mundo a partir de uma realidade artificial, caracterizando-se pela manipulação dos fatos e afirmação de mentiras com o intuito de torná-las verdades, a partir da repetição. A propaganda nazista defenderia, então, as estruturas desta realidade artificialmente criada, construindo um imaginário que se alimentaria de novos impulsos. O nazismo foi inovador na

questão propagandística, que combinou elementos de várias fontes, como ópera, teatro, cinema, panfletos, cartazes e meios de comunicação que foram criados na década de 1920. Esta propaganda era utilizada independentemente de normas ou princípios morais.

A fotografia que aparece na obra *Olhares da História* data de 1937, na qual pode-se ver Hitler e Mussolini marchando em uma rua da Alemanha nazista. A foto apresenta uma das principais características da propaganda nazista, que consistia em promover grandes demonstrações públicas de hierarquia e poder do nazismo ao público (VICENTINO, 2017, p. 103). A propaganda política alemã tinha o objetivo de buscar o sentimento de transcendência pelo indivíduo alemão, uma espécie de construção da “alma social”, uma “alma coletiva” no agir das massas. Havia, dessa maneira, uma estreita relação entre simbolismo e propaganda. Um exemplo disso são os próprios símbolos fascistas, que foram criados por sua ideologia. Um deles é maior símbolo do fascismo italiano, o *fascio*, que também ilustra a obra em questão.

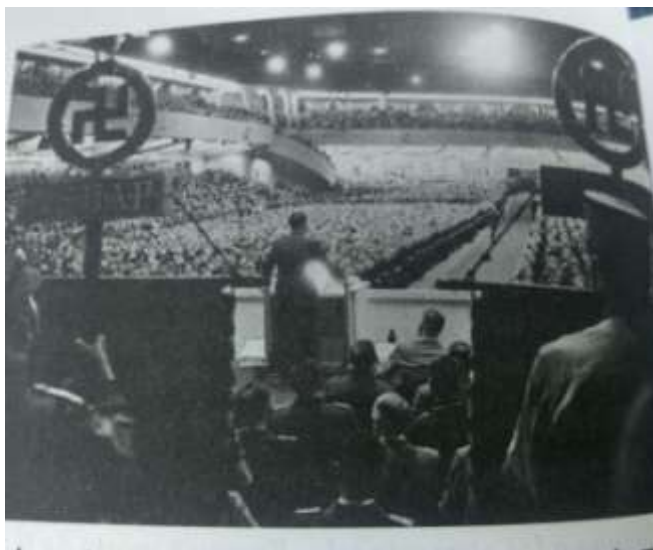


“Hitler e Mussolini passam em revista as tropas alemãs durante visita do ditador italiano à Alemanha, em 1937.” (VICENTINO, 2017, p.103)



“O símbolo do fascismo era constituído de um feixe de varas amarradas por correias (fasce) vermelhas, que simbolizava a unidade do povo e servia de cabo para um machado, que representava a autoridade do Estado. O mesmo símbolo era usado pelas magistraturas de maior autoridade no Império Romano.” (VICENTINO, 2017, p.103)

O livro didático *Oficina de História* apresenta uma fotografia no fim do tópico sobre o nazismo, na qual pode-se ver Hitler proclamando um discurso para uma grande multidão. Nela percebe-se a grandiosidade do evento e também a organização do mesmo. Além disso, vê-se dois grandes monumentos com a suástica em cima do palanque, próximos a Hitler e à cúpula nazista. Para Tckakhotine, através da “violência psíquica”, proclamada pela propaganda nazista, acabou se conseguindo uma criação de laços afetivos mais sólidos do que os que ocorriam entre o Kaiser e os alemães na Primeira Guerra Mundial (TCHANTOKINE, 1967, p.263).



“O chanceler Adolf Hitler em discurso a uma vasta multidão. Palácio dos Esportes, Berlim, 30 de setembro de 1942.” (CLARO, 2016, p. 68)

Uma das imagens que merecem ser analisadas é um cartaz da propaganda nazista que está exposto na obra *História passado e presente*, que conta, em primeiro plano, com a imagem de dois homens amarrados um ao outro: um padre de batina e um homem vestido de vermelho, sugerindo-se, então, que este último seja um membro do partido comunista. Nota-se, na figura, que o padre e o comunista estão assustados, ao serem ameaçados de esmagamento por uma suástica nazista gigante, que aparece também em primeiro plano. Em segundo plano, vê-se jornais com manchetes em alemão, e o homem de vermelho sendo atingido na parte do glúteo por uma flecha, contendo o principal símbolo nazista: a suástica. A imagem em cartaz é um recurso que fez parte da propaganda política nazista, assim como inúmeras outras. Os fascismos tinham como características o anticlericanismo e também o anticomunismo. Dessa maneira, a propaganda nazista tinha como alguns dos seus alvos, além dos comunistas, membros do Clero.



“O golpe final”. Nesse cartaz da campanha eleitoral do Partido Nazista alemão para o pleito de 1933, fica clara a intenção de Hitler de como lidar com o partido Católico e os comunistas. (CLARO, 2016, p. 85)

Na propaganda política nazista muitos são os símbolos utilizados para fixar os conceitos na mente da população que o apóia. Para Diehl:

Com a tomada do poder, a propaganda terá seu próprio ministério, que trabalhará incessantemente para, a cada nova campanha, mobilizar a população. Assim, a propaganda se expande aos poucos para o cinema, música, comícios, eventos e arquitetura. Até mesmo os corpos dos indivíduos são usados como objetos propagandísticos. O corpo passa a ser treinado e disciplinado a fim de espelhar a “perfeição” nacional-socialista. Tudo torna-se passível de conversão propagandística. (DIEHL, 1996, p. 82) H

Em *Oficina de História*, a planejada propaganda nazista aparece representada por uma fotografia colorida de um desfile do Partido Nazista, na qual vê-se soldados nazistas enfileirados, marchando e segurando vários estandartes com suásticas em primeiro plano, passando, assim, uma imagem de disciplina e organização. Percebe-se, na foto, que as cerimônias públicas nazistas eram realizadas com alto grau de planejamento e organização, e seu cenário composto com intencionalidade de reforçar a ideia de “comunhão nacional” (CLARO, 2016, p. 70) .



“Desfile durante congresso do partido Nazista, Nuremberg, setembro de 1938.”
(CLARO, 2016, p. 70)

Sobre o uso da suástica nazistas, Serge Tchakhotine afirma:

Serviam-se da propaganda simbólica e empregavam, com esse fim, um símbolo muito simples do ponto de vista gráfico, a cruz gamada, que desenhavam por toda a parte e em grande quantidade. (TCHAKHOTINE, 1967, p. 262)

Segundo Paxton:

Os fascistas alegavam que a divisão e o declínio de suas comunidades haviam sido causados pela política eleitoral e, principalmente, pelos preparativos da esquerda para a guerra entre as classes e a ditadura do proletariado. Comunidades tão prejudicadas, pontificavam os fascistas, não poderiam ser unificadas pelo jogo naturalmente harmônico dos interesses humanos, como os liberais acreditavam. Eles teriam que ser unificadas pela ação do Estado, usando de persuasão e organização, se possível, ou da força, se necessário. (PAXTON, 2007, p. 237)

O livro didático *História* traz uma fotografia na qual Hitler aparece abraçando algumas crianças alemãs. Esta fotografia foi colocada no livro para ilustrar um tópico intitulado *A Propaganda nazista*, na qual aparece, em primeiro plano, três crianças tipicamente arianas sendo abraçadas por Adolf Hitler. Ao fundo da foto percebe-se que existem alguns militares e civis observando e sorrindo, como se estivessem apreciando e admirando a atitude do *Fuher*. Fotografias planejadas como estas

acabavam conotando uma imagem de um verdadeiro “salvador” do povo alemão, fortalecendo assim a ideia de comunidade alemã, de unidade alemã.



“Como Mussolini na Itália e Stálin na URSS, Hitler costumava posar como amigo das crianças e da juventude. Fotografia de 1936.” (VAINFAS, 2017, p. 83)

Quando a fotografia foi inventada, no século XIX, acreditava-se que ela era um “espelho da realidade, era interpretada como uma prova definitiva do fato ocorrido. Hoje sabe-se que uma foto é uma mera representação do real, pois, por trás de cada lente de câmeras fotográficas, existe um ser humano, com seu próprio ponto de vista de mundo, suas próprias intencionalidades, ao registrar um momento em uma fotografia. As fotos feitas pela propaganda política nazista não fugiam a isto, eram planejadas e tinham a intencionalidade de exaltar a imagem do regime.

No livro didático *História Sociedade e Cidadania*, de Alfredo Boulos Júnior, uma fotografia de Hitler apresenta o *Fuher* em um discurso inflamado, gesticulando de forma firme. A foto está em preto e branco e apresenta, em primeiro plano, o ditador nazista fardado com um uniforme militar, ornamentado com símbolos do regime nazista. Entre estes símbolos, está a suástica, amarrada ao seu braço esquerdo. Em segundo plano pode se observar dois soldados com os olhos voltados ao *Furher*. A imagem da foto analisada conota uma ideia de ódio de Hitler sobre o tema do discurso e ao mesmo tempo de alguém que tem “pulso firme” para resolver o problema, ideia que tem como objetivo incitar a multidão a apoiar seu próprio ódio. Para Tchakhotine, a propaganda nazista instiga o impulso combativo. Há uma incitação pelo regime em relação ao combate:

A propaganda de Hitler, a propaganda que perturbou o mundo e que era a pedra angular de sua ação e de seu sucesso, caracterizasse principalmente por três elementos: renúncia às considerações morais, apelo à emotividade das massas pela utilização do primeiro impulso (combativo) como base e emprego de regras racionais. (TCHAKHOTINE, 1967, p. 373)



“Adolf Hitler no início dos anos 1940. Em seus discursos inflamados e com gestos teatrais, Hitler culpava os políticos civis alemães da República de Weimar(1918-1933) pela derrota na guerra e pela assinatura do Tratado de Versalhes. Afirmava também que, embora fosse superior aos demais, o povo alemão estava “entregue aos pontapés do resto do mundo”. Com esse nacionalismo extremado, Hitler reunia seguidores, tornando-se, em pouco tempo, a principal liderança do Partido Nazista. Repare no seu braço esquerdo a suástica, importante símbolo do nazismo.” (JÚNIOR, 2016, p. 88)

Há, ainda, uma fotografia em preto e branco do atleta negro norte-americano, Jesse Owens, em que ele passeia em carro aberto no meio de uma multidão, acendendo para ela, que festeja a sua passagem. Este atleta tem, até hoje, uma forte simbologia em relação às olimpíadas de 1936, que aconteceram em Berlim. Nestes jogos, Owens venceu, entre outras provas de atletismo, a maratona, e foi um dos destaques dos jogos olímpicos daquele ano, mas suas vitórias foram além da competição. Aquelas simbolizaram um confronto direto às ideias nazistas de superioridade ariana, inclusive físicas. Hitler acabou se retirando do estádio para não ter que entregar a honraria da medalha de ouro a um atleta negro. Por essa razão Jesse Owens é considerado por muitos, até hoje, uma espécie de herói, por representar uma ideia contrária às ideias de superioridade racial, defendidas pelos

nazistas. Não podemos esquecer que Owens também representou força na luta contra o segregacionismo racial dentro do seu próprio país, os Estados Unidos.



“O atleta estadunidense Jesse Owens é recebido com festa por seus compatriotas na volta das Olimpíadas de Berlim, em 1936. Para desgosto de Hitler, o atleta negro ganhou quatro medalhas de ouro no Estádio Nacional de Berlim. Com isso, caiu por terra a teoria hitlerista de “superioridade da raça ariana”. (JÚNIOR, 2016, p. 89)

As imagens visuais são uma ferramenta importante a ser trabalhada nos livros didáticos, desde que sejam analisadas de forma crítica, não apenas como uma mera ilustração sem qualquer contexto. É importante que a imagem leve o aluno a refletir sobre os conteúdos históricos, sobre sua própria realidade, ou sobre o que está oculto. As imagens usadas podem ser de várias modalidades, entre elas, fotografias, pinturas, desenhos, quadrinhos, charges, ou até gráficos. Em *História sociedade e cidadania*, por exemplo, temos um gráfico que apresenta dados do desemprego na Alemanha entre 1928 e 1939. Podemos perceber, pelas estatísticas, que entre 1928 e 1933, o desemprego alemão aumentou de maneira alarmante, saltando de 1, 862 mil, em 1928, para 6,14 mil, em 1933. Entre 1933 (nazistas chegam ao poder) e 1939 (início da Segunda Guerra Mundial) as taxas de desemprego decresceram de forma impressionante, passando da casa dos 6,14 milhões de desempregados para 302 milhões, em 1939. Os gráficos trazem informações importantes para os alunos e até mesmo para os professores, sobre determinados conteúdos. No caso do gráfico analisado, nota-se que, na chamada República de Weimar, o desemprego estava em fase crescente, na Alemanha, como mostram os dados estatísticos. Quando os

nazistas chegam ao poder (1933), no entanto, há um aumento do número de empregados na Alemanha.



“Nota-se que, em 1932, o desemprego tinha atingido mais de 6 milhões de pessoas, quase um terço do total de trabalhadores na Alemanha. BRENER, Jayme. 1929: a crise que abalou o mundo. São Paulo: Ática, 1996. P.26).” (JÚNIOR, 2016, p. 88)

Até a crise de 1929 o nazismo ainda não possuía um apoio tão grande, nem mesmo por parte das grandes indústrias. Foi a partir dos efeitos da crise de 1929 em território alemão que o nazismo obteve um maior apoio das grandes empresas alemãs. Antes de 1929, a economia alemã já começava a dar sinais de reabilitação, entretanto, depois deste ano, o setor econômico alemão voltou a desmoronar. Dessa forma, ao contrário do que as teses marxistas pregam sobre o assunto, o nazismo inicialmente não teve a participação e financiamento tão expressivo da alta burguesia alemã. Na verdade, o fenômeno do nazismo teve como viga de sustentação, em seus primeiros momentos, o apoio das classes médias. O historiador Eric Hobsbawm, nos informa que o fenômeno nazista teve como base o apoio das classes médias, pois o nazismo foi um regime que se formou de “baixo pra cima”. Só depois da crise de 1929 é que as grandes empresas alemãs passaram a financiar diretamente o regime nazista. A famosa crise estadunidense atingiu quase todas as outras partes do mundo. A Alemanha sentiu diretamente a diminuição drástica da entrada de capitais norte-americanos em forma de empréstimos.

O livro didático *Conexões com a História* traz uma fotografia em preto e branco de um comício comunista na Alemanha. Na imagem vê-se uma multidão em frente a um grande prédio e um grande estandarte do maior símbolo comunista: a estrela com o martelo e a foice. A maioria dos livros didáticos analisados por esta pesquisa estão sempre explicando um contexto de crise dos países europeus no pós Primeira Guerra Mundial, assim como as ondas de movimentos da esquerda, ilustrado nesta obra.



“Milhares de pessoas em um comício comunista realizado em Berlim, Alemanha.”
(OLIVEIRA, 2017, p. 84)

Já o livro didático *História em debate* traz uma fotografia em que pode-se ver alguns poucos homens adultos com uniformes militares, e entre eles estão crianças igualmente uniformizadas, segurando baionetas. Se esta fotografia fosse feita nos dias atuais, em uma democracia, com certeza geraria um grande choque, pois as crianças estão com uniformes militares, segurando espingardas perigosas. A simbologia desta imagem é, pois, fortíssima, apresentando a ausência de sorrisos, por parte das crianças, e os adultos fazendo um gesto parecido ao “*Heil Hitler*”, da Alemanha Nazista. Um observador que não conheça a fundo a História do fascismo, vendo esta foto, pode perceber facilmente que se trata de uma sociedade extremamente militarizada. Nos Fascismos, as organizações direcionadas para os jovens eram muito fortes e atuantes. O Estado Fascista propunha-se a “construir

novos homens e mulheres”, que deveriam estar dispostos a darem suas vidas pelo Estado, pela “comunidade do povo” (PAXTON, 2012, p.237).

Os Estados fascistas puderam utilizar os quadros e a estrutura educacionais já existentes, introduzindo apenas uma alteração na ênfase e passando a privilegiar os esportes e o treinamento físico e militar. Algumas das funções tradicionais das escolas foram absorvidas sem dúvida alguma, pelas organizações paralelas do partido, tais como os movimentos de juventude de filiação obrigatória. Nos Estados Fascistas, todas as crianças eram automaticamente matriculadas em organizações do partido, que estruturavam suas vidas desde a infância até a universidade. (PAXTON, 2007, p. 237)



“Membros da juventude Fascista Italiana saúdam Mussolini em Roma, Itália, 1939.”
(CAMARGO, 2016, p. 39)

Nessa mesma perspectiva das imagens de membros da juventude fascista, temos, na obra *Oficina da História*, uma foto em preto e branco, na qual aparecem jovens vestidos com seus uniformes militares, marchando de forma sincronizada, carregando suas armas. Nota-se também que, em segundo plano, é possível encontrar alguns militares montados a cavalo, observando a marcha, como se estivessem “vigilando” o que acontece. A imagem conota a ideia de uma juventude guerreira e patriota, simbolizando uma sociedade extremamente voltada para a guerra.



“Desfile dos jovens camisas negras (fascistas). Roma, Itália.c.1930.” (CLARO, 2016, p. 66)

No mesmo livro didático, *Oficina da História*, é proposta uma análise de imagem muito positiva para os alunos. O trabalho com fontes é importante para que eles, e, ao mesmo tempo o professor, consigam buscar uma reflexão crítica sobre os conteúdos que estão presentes nos livros didáticos, assim como sua veracidade. A imagem que está sendo abordada é uma pintura de George Grosz, na qual, através de caricaturas, o pintor faz uma crítica às elites alemãs que apoiavam o nazismo.

Aqui, os “pilares da sociedade” são os enganadores e corruptos formadores de opinião na Alemanha, ‘que estavam levando o país em direção à guerra e aos conflitos civis. ‘Grosz costumava fazer desenhos rápidos dos rostos e maneirismos das pessoas que o interessavam, e estes forneciam um rico material para seus retratos satíricos. Atrás dos “pilares”, ele pintou um edifício em chamas, com operários carregando pás, marchando para a esquerda política, enquanto soldados nazistas marchavam para a direita. Na época dessa obra, Gros havia atingido um estilo gráfico que ultrapassava a mera caricatura para se tornar uma imagem satírica, segundo a tradição de William Hogarth e Francisco de Goya. (<https://temploacademico.wordpress.com/2017/01/31/os-pilares-da-sociedade-george-grosz-1926>)

Fazendo-se uma análise mais detalhada desta pintura, podemos perceber um padre com expressões macabras, que apoia o nazismo. Vemos também um líder político, com uma expressão que se assemelha a de um “zumbi”. O personagem parece ser um ébrio, e na sua cabeça aberta há dejetos ocupando o lugar do cérebro. Podemos ver um jornalista com um pinico na cabeça em lugar do chapéu, e temos também um aristocrata nacionalista com um olhar furioso, com uma gravata

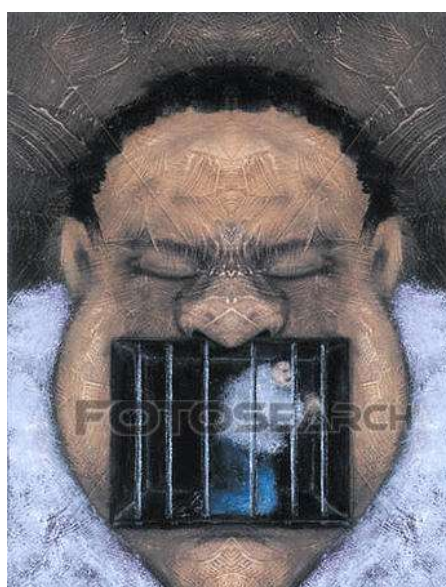
ornamentada com uma suástica, e um soldado saindo a cavalo de sua cabeça. O aristocrata também carrega em uma das mãos uma espada e na outra uma caneca de cerveja. Vê-se também, ao fundo da tela, um paramilitar nazista com uma espada suja de sangue em uma de suas mãos, do outro lado percebe-se uma janela onde a cidade, pelo lado de fora, arde em chamas. A imagem da pintura analisada é tão rica, que, ainda pode-se ver, num terceiro plano, operários carregando ferramentas, caminhando para o lado esquerdo e soldados nazistas andando para o lado direito, numa alusão à suas perspectivas políticas, esquerda e direita.



“Os alicerces da História, George Grosz. Site;
temploacademico.wordpress.com.” (CLARO, 2016, p. 71)

No livro didático *Conexões com a História* vê-se uma fotografia de três crianças brincando com um verdadeiro castelo de dinheiro. A foto, na verdade, mostra estas crianças brincando com notas de dinheiro que não possuíam quase nenhum valor na Alemanha, em 1923. Sabe-se que na chamada República de Weimar, durante o período pós Primeira Guerra Mundial, a Alemanha viveu um dos piores momentos de crise da sua história. Uma das consequências desta foi uma hiperinflação, causando uma fortíssima desvalorização da moeda alemã. É, por isso, comum, em livros didáticos, encontrarmos fotografias da época com crianças utilizando as notas do marco alemão para fins lúdicos.

Em *História passado e presente* foi exposta a imagem de uma pintura, exibindo um homem que traz no lugar da boca grades de cadeia. Dentro destas grades está a figura do próprio homem preso, aprisionado em sua própria boca. A imagem alude a um homem que não tem liberdade de expressar suas ideias, sua boca está calada pela censura.



lal0008 www.fotosearch.com

“Essa ilustração de uma pessoa que possui, no lugar da boca, uma cadeia com ela mesma aprisionada faz alusão aos métodos usados pelo Totalitarismo para controlar a população. O desenho é do canadense Larry Limnids (sem data).” (SERIACOP, 2017, p. 82)

O manual didático *Olhares da História* trouxe duas fotografias do período nazista na Alemanha. Estas ilustram um texto complementar intitulado *Dialogando com a Educação Física*. Na primeira imagem temos uma fotografia do desfile de jovens da “Juventude Hitlerista”. Já na segunda, temos uma foto de jogadores da seleção alemã de futebol executando a saudação nazista *Heil Hitler*. Estas duas fotografias demonstram que a propaganda nazista não estava presente somente em cerimônias de caráter militar, mas também nos eventos ligados a juventude e ao esporte. Na primeira fotografia, nota-se que, em primeiro plano, jovens cumprimentam Hitler com a saudação nazista, enquanto fileiras de jovens desfilam segurando bandeiras com suásticas. Já na segunda foto, vemos onze jogadores de

futebol, da seleção alemã, uniformizados e fazendo saudação nazista em pleno estádio de futebol.



“Registro da juventude Hitlerista em evento do Partido Nazista alemão em 1933. Destaque para as suásticas estampadas nas bandeiras carregadas pelos jovens e para a saudação feita pelos demais participantes. Na segunda está: Jogadores da seleção alemã de futebol fazem saudação nazista em partida contra a seleção inglesa em 1936.” (VICENTINO, 2017, p. 108)



“*Heil Hitler*”. (VICENTINO, 2017, p. 109)

No Nazismo alemão, a educação se fez com base em valores raciais e militares, como atividades complementares em formato paramilitar. A Educação Física passou a ter um papel fundamental nesse processo, não como uma disciplina que era encarada apenas para a saúde e bem-estar da população alemã, mas com o intuito principal de formar jovens com vigor físico e mental para a guerra. Vinícius Liebel (2017, p. 57) aponta que o sistema escolar passou a ser um espaço próprio para naturalizar a legitimação do poder e da disciplina. A educação passou, então, a naturalizar a própria violência aos quais seus corpos e mentes objetivos eram sujeitados.

A dimensão vertical dessa operação garante a legitimação do discurso, uma vez que a polarização alcançada pelos papéis exercidos por professor/instrutor e aluno reforça o aspecto autoritário dessa dimensionalização do poder. (LIEBEL, 2017, p. 57)

No nazismo, a sociedade alemã passou a ser impregnada por cerimônias do partido nazista e seus muitos símbolos inventados. Toda essa simbologia buscava trazer uma sensação de união de um grupo restrito e protegido. Um destes símbolos era o cumprimento *Heil Hitler*, que, inicialmente era executado pelos membros do Partido Nazista. Esta saudação é análoga a saudação romana “Ave César”.

A saudação hitlerista foi primeiramente o cumprimento oficial dos membros do NSDAP. Com a tomada do poder, o “Heil Hitler” passa a ser obrigatório para toda a sociedade, alastrando-se para escolas,

hospitais, órgãos públicos e, em certos casos, até mesmo para toda a família. Esse gesto deveria “unir todos ao Reich”, num ato patriótico e de devoção ao Fuhrer. (DIEHL, 1996, p. 111)

O mito da superioridade racial alemã pôde ser notado na propaganda da ideologia nazista com o uso sistemático de cartazes, filmes e outros recursos pela “máquina de propaganda do nazismo”, evidenciando como os não arianos eram estigmatizados e estereotipados pelo nacional-socialismo. Vale lembrar que não apenas os judeus eram alvos do racismo nazista, mas também outros grupos que não se enquadravam nos parâmetros arianos. Em um cartaz exposto no livro didático *História* pode-se ver um negro estereotipado, tocando um saxofone, com uma espécie de broche da estrela de Davi estampado na roupa. O próprio livro analisa, em um pequeno texto, a imagem, explicando que a mesma fora confeccionada pelo ministério da propaganda do III Reich, em 1938, com o intuito de denegrir a imagem dos negros. O saxofone tocado pelo negro remetia a imagem do jazz, considerada como “música degenerada” pela ideologia nazista (VAINFAS, 2017, p.87).



Cartaz de propaganda nazista de 1938 (VAINFAS, 2017, p.87)

O livro didático *História Sociedade e Cidadania* traz uma fotografia que ilustra um trecho intitulado A escalada nazista contra os judeus, em que acontece a “Noite dos Cristais”, evento em que judeus foram espancados e suas lojas saqueadas. Esse

evento fez parte da escalada covarde do antissemitismo nazista (JÚNIOR, 2016, p. 90).

Na noite de Cristal, em 9 para 10 de novembro de 1938, as sinagogas são incendiadas, seus cemitérios profanados, as vitrines de suas lojas são quebradas e seus apartamentos esvaziados. Os prejuízos têm de ser pagos pelos próprios proprietários. As SS levam consigo 20 mil judeus presos, 36 são assassinados. No dia seguinte, cartazes antissemitas aparecem por toda a parte com palavras de ordem como "... os judeus são nossa desgraça", o ar puro não suporta o cheiro dos judeus" com o propósito de provocar um êxodo da comunidade israelita da Alemanha. (DIEHL, 1996, p. 70)



“Trabalhador recolhendo os cacos de vidro de uma loja judia após o ataque nazista conhecido como noite dos cristais, em Berlim, 1938.” (VICENTINO, 2017, p. 90)

Desde os primeiros meses, após o nazismo tomar o poder, acabou-se iniciando uma escalada antissemita, que busca a segregação completa dos judeus na Alemanha. Todo esse processo iria culminar no extermínio de milhões de judeus nos campos de concentração, o chamado Holocausto. Progressivamente, a comunidade judaica alemã foi perdendo não só os seus bens materiais, mas qualquer tipo de possibilidade de acesso a cidadania na Alemanha do período de regime nazista. Eles foram proibidos de usar as piscinas públicas, em 1935, de

terem casamentos mistos, de participarem como atletas das olimpíadas de Berlim, em 1936, e de terem cidadania germânica, em 1935. Foram sofrendo uma série de medidas segregacionistas, sobre as quais, Diehl afirma:

Na escalada antissemita, os casamentos mistos são anulados, os consultórios, lojas e escritórios de judeus passam a ser marcados com a estrela israelita, os próprios judeus são obrigados a usar uma estrela amarela em suas roupas indicando a condição discriminada, sendo assim privados de toda e qualquer frequência a estabelecimentos públicos. (DIEHL, 1996, p. 70)

3. PROPOSTA DE CAPÍTULO DE LIVRO DIDÁTICO

Conhecer a História de Hitler e do nazismo nos dota de um termômetro para aferir a temperatura antidemocrática dos nossos próprios governos.

(Fernando Jorge)

A HISTÓRIA DOS FACISMOS

A primeira metade do século XX foi marcada pela emergência de ideologias políticas antiliberais e anticomunistas, que tinham, no culto à violência, um pilar básico para o sucesso de seu partido. Esses movimentos, que obtiveram seus ápices nos anos 20 e 30 do século passado, apesar de possuírem suas peculiaridades em cada país, tinham algumas características em comum. Podemos indicar algumas destas características:

- ▶ Preocupação com a comunidade nacional, esta era considerada vítima de uma grande humilhação;
- ▶ Exclusão violenta do “outro”, dos grupos que eram considerados não pertencentes a “comunidade nacional”;
- ▶ Ódio, aversão às democracias liberais e ao socialismo;
- ▶ Militarismo, culto à violência e exaltação à guerra;
- ▶ Política expansionista, imperialista;
- ▶ Subordinação do indivíduo ao grupo;

- ▶ Censura e propaganda política;
- ▶ “Endeusamento” do chefe político (masculino);
- ▶ Não racionalismo;
- ▶ Partido único.

DEFESA E REJEIÇÃO NOS FASCISMOS

DEFESA	REJEIÇÃO
▶ TOTALITARISMO ▶ MILITARISMO ▶ AUTORITARISMO ▶ UNIPARTIDARISMO ▶ IMPOSIÇÃO DE UMA IDEOLOGIA OFICIAL ▶ CONTROLE SOBRE OS VEÍCULOS DE IMPRENSA ▶ NACIONALISMO EXTREMADO ▶ INTERVENCIONISMO ESTATAL	▶ A DEMOCRACIA ▶ PLURIPARTIDARISMO ▶ LIBERALISMO ECONÔMICO ▶ COMUNISMO ▶ LIBERDADE DE IMPRENSA E DE EXPRESSÃO

1. O FASCISMO NA ITÁLIA

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918, a Europa passava por um momento de crise muito forte. Os desgastes trazidos pelos combates foram enormes, gigantescas perdas humanas e materiais acabaram colocando o continente europeu em situação complicada. A Itália, mesmo tendo lutado ao lado dos países vencedores, sentia-se prejudicada e injustiçada por não ter recebido as extensões territoriais das quais acreditava ser merecedora. Dessa forma, além da crise econômica que assolava o país, na época, passou a existir um forte ressentimento por parte dos italianos nacionalistas em relação aos países europeus vencedores da primeira grande guerra. Um descrédito muito forte passou, então, a dominar sentimentos ultranacionalistas em relação aos governos liberais e democráticos da Europa. Os fascistas italianos passaram a pregar que a democracia era um modelo em decadência, ineficaz e inadequado para resolver os problemas da Itália.

Paralelamente ao crescimento do fascismo na Península Itálica, cresciam também os movimentos de esquerda. Comícios e greves ligados aos movimentos socialistas aumentavam, e crescia também o medo das elites tradicionais de que uma revolução de esquerda na Itália explodisse.

Nesse conturbado cenário político da Itália, em 1919, fundou-se os *Fasci Italiani di Combattimento*¹⁵. Os chamados “Camisas Negras” (grupo paramilitar) passaram a atuar de maneira violenta, atacando seus opositores políticos. Estes eram principalmente os democratas liberais e os socialistas, que eram constantemente atacados pelos fascistas. Assim, cada vez mais, o diálogo ia sendo substituído por métodos violentos. Em 1921, com o fortalecimento do fascismo na Itália, foi fundado o Partido Nacional Fascista, que, em poucos meses já passava a contar com milhares de filiados e era comandado por Benito Mussolini. Já em 1922, um grupo formado pelos “Camisas Negras”, organizaram a “Marcha Sobre Roma”. Não houve resistência por parte da polícia ou do exército italiano em relação a tal marcha, que, ao contrário do que o “mito fascista” passou a pregar, não contava com mais de 300 mil homens, mas com cerca de 12 mil. O Rei Vittorio Emanuele III resolveu, então, nomear Mussolini como Primeiro Ministro da Itália, ou seja, o chefe do governo italiano.

¹⁵ Organização política criada por Benito Mussolini, que seria o núcleo do futuro partido Fascista italiano. (<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/fascismo-italiano---contexto-historico-a-crise-italiana-e-o-fascio-de-combate.htm>)

MUSSOLINI NO PODER

Desde o início de seu governo, Mussolini continuou utilizando da violência, que já era atuante desde antes da sua chegada ao poder, na Itália. Nas eleições de 1924, os fascistas usaram de pura violência para conseguirem a maioria das cadeiras no parlamento. Intimidaram opositores políticos, não permitiram que muitas pessoas votassem, forçaram eleitores a votarem nos fascistas, roubaram votos e espancaram seus opositores. Quando, alguns dias após as eleições, o deputado socialista Giacomo Matteoti, em um discurso, denunciou a fraude e a violência utilizadas pelos fascistas naquelas eleições, acabou sendo raptado por grupos do fascismo e assassinado covardemente. Esse crime teve repercussão internacional, e, dentro da Itália, símbolos fascistas e a própria imagem de Mussolini foram abalados. A partir de 1926, Mussolini lançou mão das conhecidas *Leis Fascistíssimas*, que lhe deram poder absoluto, quando o sistema passou a ser duramente enrijecido. Opositores políticos podiam ser presos a qualquer momento e era criada a polícia secreta italiana (Ovra), com o objetivo de investigar e perseguir os opositores políticos do fascismo.

Além da censura e da violência que o fascismo empreendia, a propaganda política também era um dos pilares do regime. A utilização dos meios de comunicação de massas como instrumento de convencimento foi amplamente explorada. Fosse pelo rádio, cartazes, jornais ou cinema, a ideologia fascista passava a ser amplamente difundida na sociedade italiana do período entre guerras. A propaganda política fascista tinha, no estímulo ao combate e ao patriotismo exacerbado, umas das suas principais características. Com uma forte censura, o regime fascista passou a monopolizar os meios de comunicação de massas na Itália da época, o sistema procurava investigar e bloquear qualquer atividade artística ou de propaganda política que não fosse oficial, ou fugisse dos padrões aceitos pelo fascismo. Era comum que a propaganda fascista buscasse na grandiosidade do antigo Império Romano um aparato simbólico do esplendor que a Itália deveria seguir. Essa analogia com a Roma Antiga era uma das maneiras de legitimar a política expansionista italiana.



“LIVRO DO QUINTO ANO NA ITÁLIA FASCISTA, A ORAÇÃO DO BALILA.

Pai Nosso, que estás no céu...

Senhor, abençoa e protege sempre a minha Itália,
na sua Igreja Romana, nos seus homens de comando,
nas suas mães, nos seus guerreiros, nos seus trabalhadores,
no ouro das suas searas.

Abençoa os Soberanos, os Príncipes, o Duce nosso,
na grande tarefa que ele cumpre;
e uma vez que o ofereceste à Itália, fá-lo viver longamente
pela Itália e faz com que sejamos todos dignos dele
que não conhece verdadeiro repouso senão quando
está no meio de nós, crianças, e nos sorri com o seu sorriso luminoso.

Abençoa a minha família, a minha escola, os meus mestres,
a minha divisa de honra e promessa.

Concede-me uma graça: dar à Pátria o braço,
a alma e, onde necessário, a vida.

Seja bendito o teu Santo Nome.”

A QUESTÃO ROMANA

Com intuito de conseguir o apoio da Igreja Católica, Mussolini reconheceu o Vaticano como Estado Independente, e ainda lhe ofereceu 2 bilhões de Lira. Por sua vez, a Igreja Católica reconhecia como legítimo o governo de Mussolini, que colocava o catolicismo como religião oficial da Itália. Essa via de mão dupla entre Igreja Católica e Estado Italiano foi estabelecida no chamado Tratado de Latrão, em que, de um lado o Estado Fascista recebia legitimidade da Igreja, e do outro, a Igreja recebia uma série de privilégios daquele, além de um Estado próprio (O Vaticano).

NAZISMO NA ALEMANHA

A Alemanha pós Primeira Guerra Mundial também passava por uma grave crise econômica, política e social. Hiperinflação, perdas humanas com a guerra, greves, protestos e alarmante nível de desemprego eram alguns dos problemas enfrentados pelo Estado alemão na República de Weimar. Todos estes problemas eram agravados pelas consequências desastrosas que o Tratado de Versalhes impunha à Alemanha do período pós guerra. Como os alemães tinham sido derrotados na Primeira Guerra, foram considerados pela França e Inglaterra como os grandes culpados pelo conflito mundial. Sendo assim, o Tratado de Versalhes trazia duras imposições para a Alemanha, que não poderia ter um exército superior a cem mil homens, artilharia pesada, aviões de guerra, perdia suas colônias, entre outras sanções. O Tratado de Versalhes, imposto à Alemanha pelos países vencedores, agravou muito a situação de calamidade que enfrentava.

Paralelamente a todos esses problemas sociais e políticos, cresciam os movimentos da esquerda em território alemão, comícios e greves de operários socialistas tornavam-se comuns. Por outro lado, aumentavam também os adeptos de ideologias que prometiam soluções rápidas para os graves problemas, os grupos nazistas, que, com a crença em um governo autoritário como solução necessária para a Alemanha, defendiam o fim da democracia e da liberdade individual em território alemão. Além disso, a ideologia nazista tinha aversão aos socialistas, utilizavam da violência e nunca do diálogo para resolverem seus problemas políticos. Foram formados, então, os grupos paramilitares nazistas, eram as tropas de assalto, mais conhecidas como as S.A., grupos formados por jovens e por ex-combatentes de guerra, que atacavam e espancavam seus opositores políticos, fossem estes socialistas ou democratas.

O nazismo alemão pregava a necessidade de unidade da “comunidade alemã”. Esta unidade, segundo a ideologia nazista, estava ameaçada por “seres inferiores” que eram principalmente os judeus. O nazismo, com sua intensa propaganda política, apontava o que considerava serem os inimigos da Alemanha, que poderiam ser tanto internos, quanto externos. Externamente eram consideradas inimigas as potências liberais, já internamente, os socialistas, os democratas e os judeus, ou seja, os que poderiam atrapalhar a unidade da chamada “comunidade do povo alemão”.

A ESCALADA NAZISTA

Em 1920 foi criado, por grupos ultranacionalistas, o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães. Logo, este passou a ter como seu maior líder, Adolf Hitler, que havia sido um ex-combatente da Primeira Guerra Mundial. Em 1923, Hitler, junto com membros do partido nazista, tentaram um golpe contra o Governo Republicano alemão, o chamado “Putsch de Munique”. Embora o golpe tenha fracassado, com Hitler e outros membros do partido sendo presos e alguns mortos, o partido foi se tornando popular entre as classes médias baixas. Hitler foi condenado a cinco anos de prisão, que não cumpriu integralmente. Quando preso escreveu *Mein Kampf*, livro no qual apresentou as bases ideológicas do nazismo. Dentre elas destacam-se:

- ▶ Superioridade da raça alemã (arianismo);
- ▶ Teoria do espaço vital – originalmente criada pelo geógrafo do século XIX, Ratzel, que o nazismo adaptou para justificar o seu projeto de expansionismo territorial;
- ▶ Antissemitismo – ódio e perseguição aos judeus.

Até 1929 as grandes empresas capitalistas alemãs não apoiavam de forma maciça o nazismo, já que este, em sua fase inicial, pregava que o grande capital era um dos grandes responsáveis pela situação de calamidade pela qual a população da Alemanha vinha passando. Alguns anos após o fim da Primeira Guerra Mundial, a economia alemã começava a dar sinais de revigoramento, mas com a crise de 1929, nos EUA, a economia da Alemanha sofreu um novo e duro golpe, pois praticamente desapareceram os empréstimos e investimentos norte-americanos no Estado Alemão. Com isso, os movimentos da esquerda alemã passaram a estourar pela Alemanha, a alta burguesia do país passou a enxergar a violência nazista como forma possível de deter a esquerda. Temia-se, assim, que o exemplo da Revolução Socialista Russa fosse seguido em território alemão. A partir daí as grandes empresas alemãs passaram a apoiar e até mesmo financiar o regime nazista na Alemanha.

O apoio popular levou o Partido Nazista a expressivas votações nas eleições de 1930 e 1932. Hitler candidatou-se a presidência da Alemanha em 1932, e embora

tenha sido derrotado, obteve votação considerável. Em 1933, Hitler foi convidado pelo presidente Hindenburg para se tornar Primeiro Ministro da Alemanha. Com a morte do presidente Hindenburg, em 1934, Hitler transformou-se no *Fuhrer* (guia ou chefe supremo) dos alemães. A partir daí, Hitler passou a ter poderes absolutos na Alemanha e, o Partido Nazista, estrutura de um “Estado Terrorista”, que atingia praticamente todos os segmentos da sociedade alemã. Foram criadas a *Gestapo* (polícia secreta do Estado) e as Seções de Segurança (SS) (tropa de elite nazista, extremamente fiel ao *Fuhrer*). Em 1934, Hitler ordenou o assassinato de vários líderes das S.A. que divergiam de sua autoridade, esse episódio ficou conhecido como “Noite dos longos punhais”. Além da censura e da montagem de um Estado repressor, o regime nazista soube se utilizar de intensa propaganda política a favor de si. Cinema, cartazes, rádio, comícios públicos teatrais foram alguns dos métodos executados pelo governo para sustentar o poder do nazismo.

FASCISMOS: seguem o princípio de que “nada deve existir acima do estado, fora do estado, contra o estado”.

O partido Fascista ou Nazista representava o Estado e confundia-se com ele, formando a síntese das aspirações nacionais.

1. Nos fascismos, competia aos cidadãos servirem ao Estado e seguir a autoridade que os representava - o guia (*Fuher* ou *Duce*).

2. À medida que os regimes fascistas se instalaram na Europa, a emigração se tornou, para muitos, a única via de sobrevivência. Políticos, cientistas e milhares de simples cidadãos foram para o exílio, ora de forma negociada, como Freud, ora através da fuga, como Brecht. Motivos políticos ou, na maioria dos casos, a origem judaica na base da triste decisão.

3. Há também quem, como Einstein, já se encontrando no exterior, resolva não voltar mais para a sua terra. No mês de março de 1933, ao retornar dos EUA para seu país, o físico alemão Albert Einstein foi informado, ainda na Bélgica, das violências cometidas pelos nazistas contra a sua casa e sua propriedade, na Alemanha. Impedido de lecionar em seu país pelas leis antissemitas, após alguns meses entre a Bélgica e Inglaterra, transferiu-se definitivamente para os EUA e se naturalizou americano.



Crianças aparecem saudando o Führer – “*Heil Hitler*”

O ANTISSEMITISMO NAZISTA E A SHOAH (HOLOCAUSTO)

Para manter pura uma suposta raça superior, os nazistas colocaram em prática uma política de extermínio dos “diferentes”, dentre estes estavam, não só os judeus, mas os ciganos, os homossexuais, as testemunhas de Jeová, os negros, os deficientes físicos, os deficientes mentais e os opositores políticos. A ideologia nazista defendia que os alemães formavam um povo superior, já que pregavam que a raça ariana era a raça mais evoluída. Essas ideias baseavam-se na eugenia, que disfarçada de ciência, pregava a possibilidade de fazer o melhoramento das raças.

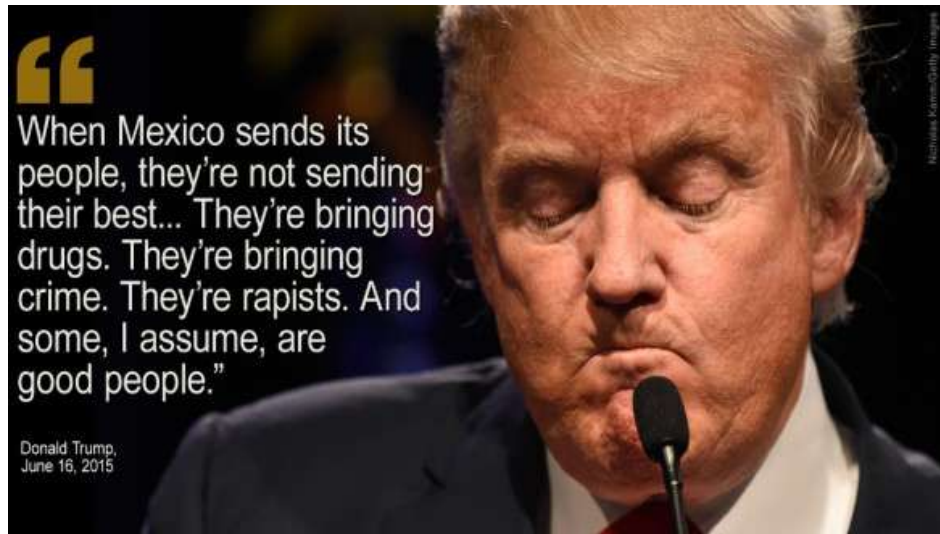
A minoria perseguida por excelência na Alemanha Nazista foi a dos judeus. O antissemitismo já era muito antigo na Europa, mas na Alemanha Nazista atinge um grau de terror absoluto. No regime nazista, a discriminação aos judeus foi endurecida. Estes foram acusados pelos nazistas de serem traidores da Alemanha na Primeira Guerra Mundial, e também de serem os representantes da alta burguesia alemã, que jogavam a comunidade dos alemães na opressão e pobreza. Os judeus também eram associados pelos nazistas com os comunistas, além de, a minoria judaica, ser acusada de “infectar” a pureza da raça ariana alemã. Dessa forma, os judeus passaram a sofrer uma violenta segregação durante os anos de regime nazista, que iria ter como consequência mais grave a matança de seis milhões de judeus nos campos de concentração nazistas, era o chamado *shoah* (Holocausto).

Durante a escalada de perseguição aos judeus na Alemanha nazista, algumas medidas foram muito marcantes. Assim que assumiram o poder, os nazistas expulsaram do serviço público os judeus, homossexuais, comunistas e os social democratas. Em 1935, os nazistas outorgaram as terríveis *Leis de Nuremberg*¹⁶, em que uma das medidas foi a proibição dos casamentos mistos entre alemães e judeus, e se alguém quebrasse essa regra, era duramente punido e humilhado. Após toda essa segregação do regime nazista em relação aos grupos considerados “perigosos para a pureza da raça” e a “comunidade alemã”, a solução definitiva encontrada pelo governo de Hitler foi encaminhar integrantes destes grupos para campos de concentração e de extermínio, onde pessoas eram escravizadas e exterminadas sem qualquer misericórdia. Alguns dos campos de concentração mais famosos foram *Auschwitz*, *Dachau*, *Bergen-Belsen*, dentre outros, onde a matança de judeus atingiu, inclusive, as crianças.



“Ele deve ser culpado pela guerra!” – Boa parte da propaganda nazista voltava-se com fúria ao judeu, de forma que criasse uma aversão generalizada que por sua vez tornaria irrelevante qualquer ato degradante e violento contra os mesmos. (Fonte)

¹⁶ Conjunto de leis anti-semitas, criadas na Alemanha nazista, em 1935. (<https://www.ushmm.org/outreach/ptbr/article.php?ModuleId=10007695>)



“Quando o México envia suas pessoas (imigrantes), eles não estão enviando seu melhor... Eles estão trazendo drogas. Eles estão trazendo o crime. Eles são estupradores. E alguns, eu presumo, são boas pessoas.” Donald Trump, 16 de junho de 2015

Por que o povo alemão aderiu ao nazismo?

Que todas aquelas coisas horríveis – confisco de bens, escravização e execução sumária em câmaras de gás – aconteceram, nenhum historiador sério questiona. Mas o que muitos não conseguem entender é o porquê de o povo alemão, em sua maioria, ter apoiado todas as maluquices de seu líder, o austríaco Adolf Hitler. Muitos pesquisadores, talvez porque essa seja a versão mais fácil de encarar, concluíram que a população alemã embarcou na onda simplesmente porque pouco sabia. As pessoas teriam sido convencidas por um esquema de propaganda política eficaz e, na prática, seriam mais vítimas do Partido Nazista.

Mas essa não é a versão do historiador alemão Götz Aly, da Universidade de Frankfurt. Após uma pesquisa minuciosa de documentos, ele concluiu algo muito mais terrível: a população alemã foi francamente favorável a Hitler porque foi “comprada” com agrados dos nazistas.

“Eu considero o regime nazista como uma ditadura a serviço do povo”, diz Aly. “Hitler e seus subordinados cumpriam o papel de demagogos tradicionais, perguntando-se como garantir a satisfação geral e comprando diariamente a aprovação do público ou, ao menos, sua indiferença.” Com os nazistas, a Alemanha saiu de uma crise econômica profunda e voltou a crescer – primeiro confiscando bens de judeus residentes no país, depois passando à exploração do trabalho judaico em regime de escravidão e, finalmente, pilhando os países conquistados no começo da guerra.

Os custos do conflito nunca chegaram a atingir a maior parte da população alemã. Durante todo o governo de Hitler, de 1933 a 1945, não houve nenhum aumento de impostos sobre a classe trabalhadora. E os soldados na frente de batalha eram encorajados a mandar grandes pacotes – contendo obras de arte, alimentos e objetos de valor – para suas famílias na Alemanha. Diante disso, boa parte do povo alemão parece ter preferido olhar para o lado.

É possível que nunca possamos afirmar que a hipótese de Aly está correta, mas ela se encaixa assustadoramente no que se sabe sobre a Alemanha nazista.

Salvador Nogueira, 31 out 2016, 18h28 - Publicado em 31 maio 2008, 22h0

FONTE: REVISTA SUPER INTERESSANTE

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho promoveu uma discussão acerca de livros de História aprovados pelo Programa Nacional do Livro didático (PNLD), de maneira a incitar uma reflexão acerca de seus conteúdos, suas utilizações e suas imagens visuais, privilegiando suas utilizações em sala de aula e suas influências na formação cidadã dos discentes. Contempla-se um modo de pesquisa em que o estudo dos vários conceitos de fascismos não fossem impregnados de preconceitos e estereótipos, mas que buscasse uma análise mais crítica sobre a história e seus fenômenos.

Cada manual didático foi analisado com base em diálogos teóricos com o estudo bibliográfico de autores especialistas nos assuntos. Vale ressaltar que, como qualquer material didático, os livros que foram analisados neste trabalho possuem pontos positivos e negativos em suas abordagens, sobre os quais propusemos evidenciar o caráter ideológico que os manuais didáticos carregam em seus conteúdos, e que, por isso, não podem ser considerados como portadores de verdades imutáveis.

Alguns livros didáticos do 3º ano do Ensino Médio, aprovados pelo PNLD, ainda usam conceitos de fascismos ligados a definições lógicas da Guerra Fria. Isto acontece, por exemplo, quando os livros utilizam termos como “totalitarismos de direita” e “totalitarismos de esquerda”, sem que se faça nenhuma reflexão aprofundada sobre seus usos. Além desses, outros pontos precisam ser melhor discutidos nos manuais didáticos, como o Holocausto, por exemplo, que ainda sofre excepcional carência de estudos em abordagens direcionadas ao Ensino Médio. Percebemos, ainda, que alguns livros didáticos explicam seus conteúdos sobre os fascismos sem considerarem o apoio e participação da sociedade civil nestes regimes.

É importante citar que alguns livros didáticos ainda tocam em assuntos como arianismo e antissemitismo atribuindo a Hitler a criação dessas ideias, sem se fazer referências às suas origens primeiras, que, mais antigas, acabaram influenciando, não só o *Fuhrer*, como também os seguidores do nazismo.

É fundamental que a abordagem dos fascismos nos livros didáticos sejam revistas e rediscutidas no ensino de História, para que tenhamos um estudo menos estereotipado e ao mesmo tempo mais crítico sobre o assunto.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALVES, Alexandre. Oliveira, Letícia Fagundes de. **Conexões com a HiSTÓRIA** . – 3 ED. São Paulo: Moderna, 2016.

AZEVEDO, Gislaine. SERIACOPI, Reinaldo. **História: Passado e Presente**. – 1.ed. São Paulo: Ática, 2016.

ANANIAS, Natália Teixeira. **Uma perspectiva de análise para o livro didático de História**. Revista

BARCA, Isabel. **Literacia e consciência histórica**. Revista Educar. Dossiê Educação Histórica. Curitiba: UFPR, 2006.

BOURDIER, Pierre. **Opoder simbólico**. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2010.

BRODBECK, Marta de Souza Lima. **O Ensino de História: um processo de construção permanente**. História, Ensino Fundamental I. Curitiba: Módulo Editora, 2009.

CAMPOS, Flavio de Claro, Regina. PINTO, Júlio de Pimentel. **Oficina de História**. VOL. 3. – 2 ed. São Paulo: Leya, 2016.

Parâmetros curriculares nacionais: História e Geografia. Brasil. Ministério da educação e do desporto. Secretaria de educação fundamental. Brasília, 1997.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural. Entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DIEHL, Paula. **Propaganda e persuasão na Alemanha Nazista**. São Paulo: Editoria Annablume, 1996.

FEBVRE, Lucien. **Combats por la História**. Barcelona: Editorial Ariel, 1974.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

GRANGEIRO, Candido. **Cenas de História**. VOL.3, Ensino Médio – 1. Ed. São Paulo: SM, 2016.

HBRETAS, Silvana Aparecida. Sobral, Maria Neide. **Pesquisas em educação: interfaces, experiências e orientações**. Maceió: EDUFAL, 2016.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX**. São Paulo: companhia das letras, 1987.

JÚNIOR, Alfredo Boulos. **História, sociedade e cidadania**. 3 ano. – 2 ed. São Paulo: FTD, 2016.

JORGE, Fernando. **Hitler, retrato de uma tirania**. São Paulo: Editora Geração, 2012.

KETZER, David I. **O Papa e Mussolini. A conexão Secreta entre Pio XI e a Ascensão do Fascismo na Europa**. São Paulo: Intrínseca, 2017.

LOPEZ, Carol Colffield. **O Holocausto como tema nos livros didáticos brasileiros realidade e alternativas**. 2016.

LOSURDO, Domenico. **A crítica á categoria Totalitarismo**. Parâmetros Curriculares Nacionais; História e Geografia. Brasília: 1997.

LOUIS, Althusser. **Aparelhos ideológicos de Estado**. São Paulo: Grall, 1983.

MOCELLIN, Renato. CAMARGO, Rosiane de. **História em debate**. Vol. 3. – 4 ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2016.

PARADA, Maurício. **Fascismos: conceitos e experiências**. Manuada, 2008.

PARADA, Maurício. Gonçalves, Leonardo Pereira. **Políticas Educacionais e regimes autoritários: intelectuais, projetos e instituições**. (Coleção políticas educacionais, ensino e traumas coletivos; vol.1). Rio de Janeiro; Porto Alegre: Autografia, 2017.

PAXTON, Robert. **A anatomia dos fascismos**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007.

PELLEGRINI, Marco César. GRINBERG, Keila. DIAS, Adriana Machado. **Contato História**. 3 Ano. – 1. Ed. São Paulo: Quinheto Editorial, 2016.

PINSKY, Jaime. Pinsky, Carla Bssanezi. **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2012.

PINTO, Júlio Pimentel. TURAZZI, Maria Inez. **Ensino de História: diálogos com a literatura e a fotografia**. São Paulo: Moderna, 2012.

REICH, Wihelm. **Psicologia das massas no Fascismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

ROCHA, Everardo. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

SANTOS, Georgina dos. FERREIRA, jorge. FARIA, Scheila de Castro. VAINFAS, Ronaldo. **História**. VOL. 3, Ensino Médio. – 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

SANTOS, Milton . **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTIAGO, Pedro. Cerqueira, Célia. Pontes, Maria Aparecida. Por dentro da História. Vol.3. - 4. ed. - São Paulo: Escala Educacional, 2016.

SCHURSTER, Karl. Silva, Francisco Carlos Teixeira. **Ensino de História, regimes autoritários e traumas coletivos.** (Coleção políticas educacionais, ensino e traumas coletivos; vol.2). Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

SOUTO, Paulo H. **"É como se tivesse a roça e faltasse a enxada"**. Formação em serviço de professores de História em áreas interioranas. Macapá : Ed. UNIFAP, 2015.

TCHAKHOTINE, Serge. **O simbolismo e a propaganda política. A mistificação das massas pela propaganda política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1967.

VICENTINO, Claudio. **Olhares da História: Brasil e Mundo.** 1 ed. São Paulo: Spicione, 2016.

Escola dos Annales. Disponível em <https://historiadomundo.uol.com.br/curiosidades/escola-dos-annales.htm>. Acesso em 31 de julho, 2018.

United States Holocaust Memorial Museum. Disponível em: <https://www.ushmm.org/outreach/ptbr/article.php?ModuleId=10007671>. Acesso em 31 de julho, 2018.

O Positivismo, os Annales e a Nova História. Disponível em <http://www.klepsidra.net/klepsidra7/annales.html>. Acesso em 1 de agosto, 2018.

Fascismo italiano - contexto histórico: A crise italiana e o Fascio de Combate... Disponível em <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/fascismo-italiano---contexto-historico-a-crise-italiana-e-o-fascio-de-combate.htm>. Acesso em 1 de julho, 2018.

População Negra e saúde. Disponível em: <http://populacaonegraesaude.blogspot.com/search?q=racismo+cientifico>. Acesso em 31 de julho de 2018.

Franquismo. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/franquismo/>. Acesso em 1 de julho, 2018.

O Putsch de Munique. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/o-putsch-de-munique-a-tentativa-de-golpe-de-hitler-em-1923>

Revolução Alemã (1918-1919). Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/revolucao-alema-1918-1919.htm>. Acesso em 30 de julho, 2018.

Juventude Hitlerista. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/juventude-hitlerista/>. Acesso em: 1 de agosto, 2018.

Holocausto: Um aprendizado para estudantes. Disponível em: <https://www.ushmm.org/outreach/ptbr/article.php?ModuleId=10007671>. Acesso em 28 de Julho, 2018.

Significados. Disponível em: <https://www.significados.com.br/fascismo/>. Acesso em: 31 de julho, 2018.

Histo-blog – História Geral. Disponível em: <http://histoblogsu.blogspot.com/2009/11/o-nome-as-leis-e-implantacao-do-regime.html>. Acesso em 31 de julho, 2018.

Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/salazarismo.htm>. Acesso em 31 de julho 2018.